

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

SUSTENTABILIDADE LOCAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO
ETNOGRÁFICO DA ONG CASA AMBIENTAL - CASTILHOS/URUGUAI

CLÁUDIA ADRIANA ROCHA TEIXEIRA

RIO GRANDE - RS
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CLÁUDIA ADRIANA ROCHA TEIXEIRA

SUSTENTABILIDADE LOCAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO
ETNOGRÁFICO DA ONG CASA AMBIENTAL – CASTILHOS/URUGUAI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Humberto Calloni

RIO GRANDE - RS
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de Mestrado

SUSTENTABILIDADE LOCAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO
ETNOGRÁFICO DA ONG CASA AMBIENTAL - CASTILHOS/URUGUAI

Elaborada por:
Cláudia Adriana Rocha Teixeira
Como requisito parcial para obtenção de Mestre em Educação Ambiental

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dr. Humberto Calloni
(Orientador – Universidade Federal do Rio Grande - FURG)

Dr^a Paula Corrêa Henning
(Universidade Federal do Rio Grande - FURG)

Dr. Javier Taks
(Universidade de la República Oriental del Uruguay – UndelAR)

RIO GRANDE – RS
2010

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a minha família, em especial a minha mãe querida, que sempre me acompanhou e me deu força e entusiasmo nos momentos mais difíceis. A ela, que partiu, e não pode ver mais esse sonho realizado. Mãe te amo e aonde quer que você esteja sempre vou te amar;

Agradeço ao meu companheiro André, companheiro de sonhos, de lutas, de buscas, de realizações..... Enfim companheiro de Amor! A ele, agradeço pelo presente momento que estou passando, ao concluir este mestrado, gestante de oito meses à espera da Maria Eduarda.

Agradeço ao meu orientador o Prof. Humberto Calloni, pela qual tive imenso prazer e orgulho de compartilhar essa experiência. Obrigada pela orientação, dedicação, paciência e presteza em todos os momentos que foram precisos, respeitando sempre minha liberdade na pesquisa.

Agradeço ao Prof. Javier Taks pela contribuição no desenvolvimento da pesquisa;

Agradeço a Prof^a. Paula Corrêa Henning pelas palavras de incentivo a pesquisa;

Agradeço a todos que fazem parte da “*grande*” Casa Ambiental, organização que tem sido um exemplo digno do despertar dos potenciais existentes dentro de cada um que chegam até ela. Em especial aos pesquisadores, técnicos e produtores de alimentos que muitas vezes me receberam em suas casas não como pesquisadora e sim como visitante. E lembrar que ... Quando se alia entusiasmo com dedicação, confiança com liberdade, duvidadas com orientação, boa vontade com capacitação, as utopias se tornam realidades e que venham outras utopias....

Agradeço a todos os meus amigos, e aproveito o momento para justificar a minha falta. Essa falta resultou na presente pesquisa;

Agradeço a todos os companheiros (docentes, discentes e servidores) do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, em especial aos meus colegas da turma 2009 do mestrado, que me oportunizaram um grande aprendizado; A Universidade Federal do Rio Grande – FURG por ser pública e de boa qualidade.

Agradeço a CAPES-DS pela bolsa que recebi. Esta foi de fundamental importância para que eu pudesse realizar minha pesquisa em outro país.

Eu diria que preservar a diversidade das culturas humanas é a única esperança que nos resta. Creio que isto acontecerá ou, pelo menos, espero que sim. Este é um período crítico e, sinceramente, espero que não dure. Fissuras haverá de ser reproduzidas... Naturalmente não onde estavam antes, e certamente não onde poderíamos supor que surgissem. De qualquer modo, creio que a Humanidade permanecerá diversa, pois esta é sua única chance.

Claude Lévi-Straus

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar os projetos de formação e capacitação que a ONG Casa Ambiental oferece aos seus frequentadores para verificar em que medida se desenvolvem práticas orientadas a sustentabilidade local e a educação ambiental. E como objetivos específicos: a) Investigar o cenário onde se insere as organizações não-governamentais ambientalistas; b) Verificar como um processo não-formal de Educação Ambiental pode proporcionar a integração da comunidade local com a ONG Casa Ambiental e o seu modo de vida, por meio da organização do trabalho alternativo; e c) Apresentar o contexto das políticas públicas ambientais no Uruguai para entender os desdobramentos dos conceitos de meio ambiente, desenvolvimento sustentável e educação ambiental. O modelo teórico-metodológico de referência a essa pesquisa foi o da abordagem qualitativa através da etnografia, sendo que os materiais foram obtidos através de diversos instrumentos de coleta, tais como: revisão bibliográfica, análise de documentos, observação participante, diário de campo e entrevistas semi-estruturada. O estudo foi realizado na Cidade de Castilhos – Uruguai junto a ONG Casa Ambiental. Foram entrevistados 4 pesquisadores e técnicos ambientalistas e 3 produtores de alimentos, ou seja, sujeitos que participam dos projetos de formação e capacitação que a Casa Ambiental desenvolve. Os resultados indicam que a ONG Casa Ambiental atua a mais de 10 anos nas áreas de pesquisa, conservação dos recursos naturais, desenvolvimento sustentável e educação ambiental, em diferentes ecossistemas no Uruguai. Suas atividades estão destinadas aos setores mais pobres do Departamento de Rocha, mais exatamente da cidade de Castilhos e seus arredores, promovendo a possibilidade da sustentabilidade local a partir do uso sustentável dos recursos naturais. Desse modo, viabiliza-se a melhoria da qualidade de vida dessa comunidade, pois envolve a formação, capacitação e organização dos grupos. Os resultados indicam também que para a Casa Ambiental, a prática da educação ambiental está intensamente ligada à sustentabilidade da comunidade local, juntamente com a conservação do ambiente e seus recursos naturais. Assim, conclui-se que como um processo de educação ambiental não-formal pode proporcionar a integração da comunidade local com uma ONG e o seu modo de vida através da organização do trabalho alternativo.

Palavras-chave: sustentabilidade local, educação ambiental, organização não-governamental (ONG) - Uruguai

ABSTRACT

This study aimed to analyze the projects for training the NGO Environmental Home offers its patrons to check to what extent practices geared to develop local sustainability and environmental education. The specific objectives are: a) investigate the scene where he falls in the non-governmental environmental groups, b) investigate how a non-formal environmental education can provide the integration of the local community with the Home Environmental NGOs and their way of life, through the organization of alternative work, and c) present the context of environmental public policies in Uruguay to understand the ramifications of the concepts of environment, sustainable development and environmental education. The theoretical model and methodological reference to this research was the qualitative approach of ethnography, and the materials were obtained through various data collection instruments, such as literature review, document analysis, participant observation, field diary and interviews semi-structured. The study was conducted in the City of Castilhos - Uruguay to the Home Environmental NGOs. We interviewed four researchers and environmental specialists and three food producers, ie, subjects who participate in training and capacity building projects that the Home Environmental develops. The results indicate that the Home Environmental NGO operates more than 10 years in research, conservation of natural resources, sustainable development and environmental education in different ecosystems in Uruguay. Its activities are aimed at the poorest sectors of the Department of Rocha, more precisely the city of Castilhos and its surroundings, promoting the possibility of local sustainability from sustainable use of natural resources. Thus, it allows to improve the quality of life of this community because it involves the formation, training and organization of the groups. The results also indicate that for the Home Environment, the practice of environmental education is strongly linked to the sustainability of the local community, together with the conservation of environment and natural resources. Thus, we conclude that as a process of non-formal environmental education can provide the integration of the local community with an NGO and their way of life through the organization of alternative work.

Keywords: local sustainability, environmental education, non-governmental organization (NGO) – Uruguay

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANEP** – Administração Nacional de Educação Pública (Uruguai)
- BIBLOS** – Revista de Biblioteconomia e História (FURG)
- CA** – Casa Ambiental
- CIPFE** – Centro de Investigação Franciscano e Ecológico
- CMMAD** – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CNUMAD** – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- EA** – Educação Ambiental
- EIA** – Estudo de Impacto Ambiental
- FEA** – Fundamentos da Educação Ambiental
- FURG** – Universidade Federal do Rio Grande
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
- LEPAN** – Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia
- MEC** – Ministério da Educação e Cultura (Uruguai)
- MERCOSUL** - Mercado Comum do Sul
- MFAL** – Multiversidade Franciscana da América Latina
- MMA** – Ministério do Meio Ambiente (Brasil)
- MOVI** – Museu Oceanográfico do Vale do Itajaí
- MVOTMA** – Ministério de Habitação, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente (Uruguai)
- NPA** – Núcleo de Pesquisa Arqueológica
- ONG** – Organização Não Governamental
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PNEA** – Política Nacional de Educação Ambiental
- PNUMA** – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
- RIMA** – Relatório de Impacto Ambiental
- UDELAR** – Universidade da República Oriental do Uruguai
- UIPN** – União Internacional para Proteção da Natureza
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UNIVALI** – Universidade do Vale do Itajaí
- WWF** – Fundo para Proteção da Vida Selvagem

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido do participante.....	89
APÊNDICE B – Termo de autorização do uso de imagem.....	90
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semi-estruturada aplicada junto dos pesquisadores e técnicos ambientalistas da ONG Casa Ambiental.....	91
APÊNDICE D – Roteiro de entrevista semi-estruturada aplicada junto dos produtores de alimentos da cidade de Castilhos – Uruguai que participam ou participaram dos projetos de formação e capacitação da ONG Casa Ambiental.....	92
APÊNDICE E – As observações participantes e vivencias realizadas.....	93
APÊNDICE F – As entrevistas e vivencias realizadas.....	94
APÊNDICE G – Localização da área de pesquisa.....	95
APÊNDICE H – Casa Ambiental (ONG) abordada no estudo.....	96
APÊNDICE I – Cursos e projetos de formação e capacitação.....	97
APÊNDICE J – Pesquisando e conhecendo a biodiversidade.....	99
APÊNDICE K – Visita monitorada do Liceo da Coronilla a Casa Ambiental.....	100
APÊNDICE L – Visita da Casa Ambiental ao L.A.T.U. e a Mesa Criolla.....	101
APÊNDICE M – Visita monitorada do IPA (Instituto de Professores de Artigas) a Casa Ambiental.....	102
APÊNDICE N – Palestras, reuniões e encontros juvenis.....	103
APÊNDICE O – Certificados de conclusão e aproveitamento.....	104
APÊNDICE P – As etapas do processo produtivo de produção de alimentos no laboratório da Casa Ambiental.....	105
APÊNDICE Q – Laboratório de produção de alimentos da Casa Ambiental.....	106
APÊNDICE R – Produtos típicos da palmeira de butia capitata.....	107

APÊNDICE S – Local de venda dos produtos elaborados no laboratório da Casa Ambiental.....	108
APÊNDICE T – “El Brocal” uma marca butiazeira da Casa Ambiental.....	109

SUMÁRIO

RESUMO	06
ABSTRACT	07
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
1.1 Delimitação do Problema de Pesquisa e Justificativa	16
1.2 Objetivos da Pesquisa.....	18
1.2.1 Objetivo Geral.....	18
1.2.2 Objetivos específicos.....	19
2. MEIO AMBIENTE, MOVIMENTO AMBIENTALISTA, ORGANIZAÇÕES NÃO – GOVERNAMENTAIS	20
2.1 Um Olhar Antropológico sobra a Relação Ser Humano e Ambiente	20
2.2 O Processo Histórico de Formação do Movimento Ambientalista.....	24
2.3 Terceiro Setor: As Organizações Não-Governamentais.....	28
3. ATITUDES, COMPORTAMENTOS E AÇÕES POLÍTICAS	32
3.1 Apresentando a Constituição do Uruguai e a Lei nº. 17.283 Proteção do Meio Ambiente.....	33
3.2 Repensando os Conceitos.....	37
3.2.1 Educação Ambiental.....	38
3.2.2 Meio Ambiente.....	39
3.2.3 Desenvolvimento Sustentável.....	41
4. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA	47
4.1 O Campo de Pesquisa e a Abordagem Qualitativa.....	47
4.2 O Método da Coleta de Dados.....	49
4.3 A Análise dos Dados.....	54
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	56
5.1 Os Pesquisadores e Técnicos.....	56
5.1.1 A Casa Ambiental (ONG) Abordada no Estudo.....	57
5.1.2 A Trajetória da Casa Ambiental e sua Integração com a Comunidade Local.....	58
5.1.3 Os Projetos de Formação e Capacitação e as Ações da Casa	

Ambiental.....	61
5.1.4 O Programa de Promoção do Desenvolvimento Sustentável para Grupos Sociais Frágeis do Departamento de Rocha (Uruguai) através da Produção e Comercialização justa de Produtos Naturais e a formação de uma rede Social.....	64
5.1.5 A Dimensão Social, Econômica e Ambiental nos Projetos da Casa Ambiental.....	68
5.1.6 Sobre os Conceitos de Meio Ambiente, Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.....	68
5.1.7 A Sustentabilidade Local e a Conservação do Meio Ambiente.....	72
5.1.8 A Casa Ambiental enquanto Espaço Político-Participativo.....	74
5.2 Os Produtores/as de Alimentos (Beneficiários).....	75
5.2.1 Da Técnica a Prática: A Formação nos Projetos de Capacitação.....	76
5.2.2 O Laboratório de Produção de Alimentos	77
5.2.3 O Apoio e Monitoramento da Casa Ambiental.....	79
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	84
APÊNCIDE.....	88

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pensar uma pesquisa em Educação Ambiental que envolva organização não-governamental e sustentabilidade não é um empreendimento fácil, dado que o Terceiro Setor¹, as ONGs, são caracterizadas por um universo bem heterogêneo. Com relação ao conceito de sustentabilidade, este está presente em vários discursos e debates na atualidade, notadamente por parte dos educadores ambientais e na produção de pesquisas sobre o meio ambiente. Esse conceito ainda encerra algumas contradições em si, uma vez que é disputado não somente em nível de reflexões acadêmicas e da prática diária dos educadores, mas pelo caráter ideológico dominante, cujo apelo midiático traduz a resistência do modelo capitalista quando se deseja pensar uma transformação efetiva da sociedade na mira da sustentabilidade socioambiental.

Nesse sentido, ao pesquisar os projetos de formação e capacitação que a ONG Casa Ambiental oferece aos seus freqüentadores para verificar em que medida os grupos desenvolvem práticas orientadas a sustentabilidade local e a educação ambiental, tive que ter, necessariamente, um posicionamento consolidado em relação à problemática pesquisada a fim de não correr o risco de fazer simples militância, cometer injustiças ou presumir entendimentos sem a devida clareza de suas implicações.

¹ De acordo com Thaines (2006, p.13) o Terceiro Setor é o conjunto de atividades das organizações da sociedade civil (criadas por iniciativa privada de cidadãos, com o objetivo de prestação de serviço ao público, como saúde, educação, cultura, habitação, direito civis, desenvolvimento do ser humano, proteção do meio ambiente e bem-estar social em geral). São entidades sem fins lucrativos, cujas prováveis contribuições são aplicadas na manutenção de suas atividades ou distribuídos entre seus colaboradores, jamais sendo apropriado por um dono ou proprietário.

Ao dar início a escrita desta dissertação percebi a necessidade de narrar minha trajetória até o momento do ingresso no mestrado de Educação Ambiental, a que foi marcada por uma longa caminhada de experiências e acontecimentos que me constituíram enquanto pesquisadora, educadora, bem como mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

No ano de 2004 ingressei no curso de Licenciatura em História na Universidade Federal do Rio Grande, pois sempre me identifiquei com o estudo na área de Ciências Humanas, mais precisamente das disciplinas de Antropologia² e de Arqueologia³, o que me levou a escolha deste curso. A Licenciatura veio contemplar um “*sonho de criança*” de ser professora. E com isso me descobri educadora, pois no estágio tive a experiência de poder praticar as duas características que considero fundamental no processo de ensino/aprendizagem, ser *didática* e ao mesmo tempo *humana*, podendo conciliar aprendizado com as mais diversas situações do cotidiano.

Nesta caminhada tive a possibilidade de participar dos cursos de extensão proporcionados pela instituição. Os cursos de extensão viabilizam a formação e o diálogo permanente entre os acadêmicos de diferentes cursos.

Com relação à atuação profissional, esta sempre foi de dedicação exclusiva simultaneamente com o curso de graduação. No primeiro semestre de 2004 ao entrar para a Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI fiz um estágio voluntário no Museu Oceanográfico do Vale do Itajaí – MOVI, pois este recebeu a doação de um acervo de Arqueologia e Paleontologia e necessitava de voluntários para a catalogação das peças, assim fui selecionada e tive o primeiro contato com o patrimônio cultural e a área técnica de impactos ao meio ambiente.

² A Antropologia cuja origem etimológica deriva do grego – *Anthropos* (homem/pessoa) e *logos* (razão/pensamento) é a ciência que estuda o homem como ser biológico, social e cultural. Para o antropólogo (Levi-Strauss, 1970, p. 377) a etnografia corresponde “aos primeiros estágios da pesquisa: observação, descrição e trabalho de campo”. A etnologia, com relação à etnografia, seria “um primeiro passo em direção à síntese” e a Antropologia “uma segunda e última etapa da síntese, tomando por base as conclusões da etnografia e da etnologia” (Ibidem).

³ A Arqueologia cuja origem etimológica deriva do grego – *Archaios* (antigo) e *logos* (discurso, depois estudo e ciência) é a ciência que estuda as culturas e os modos de vida do passado pela análise da cultura material. (www.suapesquisa.com/arqueologia).

No segundo semestre de 2004 ao me transferir para a Universidade Federal do Rio Grande - FURG já estava segura de que na mesma havia um laboratório de Arqueologia, então permaneci decidida a fazer estágio voluntário nesta unidade. Ao ser transferida fui apresentada a coordenadora do laboratório, nesta ocasião sendo convidada a fazer o estágio. Neste laboratório desenvolvi grande parte de minha experiência profissional.

As atividades desenvolvidas no Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia - LEPAN da FURG estão ligadas à pesquisa, ensino e extensão, uma vez que na parte teórica participei de debates, grupos de estudos, seminários, congressos, mostras acadêmicas, e na parte prática (técnica) participei de diagnósticos, prospecções e escavações, estudos de impacto ambiental (EIA) / relatório de impacto ambiental (RIMA).

Ao concluir o estágio, que só poderia ter duração máxima de dois anos, fui convidada a integrar a equipe do Núcleo de Pesquisa Arqueológica – NPA do Centro Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de Rio Grande – RS onde pude dar continuidade aos projetos e oficinas de Educação Patrimonial e Ambiental.

Durante a graduação (2004-2007) a tendência foi sempre me envolver com as questões mais técnicas referente ao patrimônio arqueológico, paleontológico, histórico e ambiental. Nesse sentido, atuei em diferentes grupos de trabalho tais como: fundações, associações, ONGs, dentre outras.

Neste caso, é de extrema importância o mergulho do pesquisador no universo de sua pesquisa, dando significado pessoal ao objeto a ser estudado, vislumbrando os objetivos em busca de interpretações que vão além da descrição dos acontecimentos. Assim sendo, a primeira aproximação da ONG Casa Ambiental deu-se a partir de estudos⁴ referente às palmeiras de *Butia capitata*, conhecidas popularmente como palmeira butiá.

⁴ No ano de 2005 tive uma aproximação junto ao pesquisador Nestor Rocha no Uruguai. O motivo desta aproximação foi às pesquisas referentes à palmeira *Butia capitata* a qual resultou na publicação de um artigo intitulado “Os Currais de Palmas em Santa Vitória do Palmar, RS, Brasil” publicado na Revista Biblos do Departamento de Biblioteconomia e História da FURG. Posteriormente, a este estudo o pesquisador Nestor Rocha apresentou-me a Casa Ambiental na pessoa de Giancarlo Geymonat e foi assim que tive minha primeira intervenção junto a esta ONG.

Logo depois dessa aproximação, surgiu então o interesse em pesquisar, esta ONG, mais precisamente, os projetos de formação e capacitação que a organização não-governamental oferece aos seus frequentadores no intuito de verificar em que medida os grupos desenvolvem práticas orientadas a sustentabilidade local e a educação ambiental.

Assim sendo, a presente pesquisa apresenta-se em diferentes capítulos. O primeiro capítulo traz a introdução juntamente com a delimitação do problema de pesquisa, a justificativa e os objetivos que direcionaram o estudo. Logo após será contextualizado o cenário onde se inserem as organizações não – governamentais ambientalistas no contexto mundial. Dando continuidade, por a pesquisa ser realizada em outro país, achamos pertinente, demonstrar uma breve apresentação das políticas públicas ambientais no Uruguai. O capítulo quatro delimita a metodologia da pesquisa, descrevendo as técnicas utilizadas para a coleta e análise dos dados. E, para concluir apresento os resultados do estudo refletindo e mediando os aspectos teóricos com os dados coletados nas entrevistas e observações vivenciadas.

1.1 Delimitação do Problema de Pesquisa e Justificativa

Enquanto pesquisadora, inserida na proposta de pesquisar a ONG Casa Ambiental, tive que buscar através de leituras, estudos dirigidos, cursos, seminários e da troca de experiências com colegas, meios para trabalhar o tema referente à sustentabilidade local e a educação ambiental.

O Mestrado em Educação Ambiental possibilita um diálogo permanente entre as comunidades. Sendo assim, essa metodologia proporcionou ao trabalho de pesquisa uma diversidade de enfoques com ênfase interdisciplinar e transdisciplinar, pois a problemática ambiental é multidimensional, ou seja, dialoga com as diferentes fronteiras do conhecimento.

Para a realização do estudo proposto optei pela linha de pesquisa Fundamentos da Educação Ambiental - FEA, pois acredito que como pesquisadora tenho o compromisso de qualificar minha prática e buscar identificar os problemas ambientais, e

com isso propor maneiras, soluções onde atuo e tenho conhecimento. Uma vez que também entendo que a linha de pesquisa FEA integrou o saber de minha formação que envolve a História, aproximando a perspectiva ambiental do meu tema de pesquisa.

Entretanto, ao delimitar o tema desta dissertação percebi a necessidade de aprofundamento teórico para desenvolver essa pesquisa e dessa forma busquei subsídios em autores, tais como: (CARVALHO, 2006), (REIGOTA, 1994;1997), (SAUVÉ, 2008), (FOLADORI & TAKS, 2004), (SACHS, 1986), entre outros, para o entendimento acerca dos conceitos de Educação Ambiental, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Contudo, o interesse em pesquisar a ONG Casa Ambiental surgiu da proximidade em defesa de um bem comum aos dois países (Brasil e Uruguai), ou seja, a um patrimônio natural nativo de nossa zona fronteira as palmeiras de *Butia capitata*. Estas se encontram em processo de degradação natural e antrópica. Portanto, percebi a necessidade de articular forças em prol de ações que reivindicassem alternativas de manejo, conservação e gestão desse patrimônio natural, pois se nada for feito, em um futuro bem próximo, é de acreditar-se que esse ecossistema não fará mais parte da paisagem do bioma pampa⁵.

Em conseqüência dessa aproximação, também gostaria de evidenciar que a comunidade local (Castilhos – Uruguai) tem, no manufaturamento do fruto da palmeira de butiá, o suplemento da renda mensal. Isso se dá na produção artesanal de alimentos tais como: licor, geléia, pó de café, mel, fibras, dentre outros. Portanto, com o esgotamento desse recurso natural podem ocorrer algumas implicações na vida sócio-econômica, ambiental e cultural daquela comunidade, uma vez que ela se beneficia da fabricação de produtos artesanais daquela palmeira.

⁵ De acordo com a pesquisa realizada pelo Ministério de Meio Ambiente – MMA (2007), o Bioma Pampa é um dos seis biomas continentais brasileiros, juntamente com a Amazônia, o Cerrado, a Caatinga, a Mata Atlântica e o Pantanal. Os biomas são regiões do território que apresentam uma biodiversidade característica, sendo reconhecidos principalmente pela fisionomia da vegetação nativa. Na paisagem do Bioma Pampa predominam os campos, mas há também presença de capões de mata, matas ciliares, formações arbustivas, banhados, butiazais, afloramentos rochosos, dentre outros. No Brasil o Bioma Pampa está restrito ao Estado do Rio Grande do Sul, onde ocupa uma superfície de 178.243 Km², o que corresponde a 63% do território estadual e a 2,07% do território brasileiro. Na América do Sul os pampas se estendem pelos territórios do Uruguai e da Argentina ocupando uma área aproximada de 700 mil Km² (www.mma.gov.br).

O questionamento fundamental que a pesquisa se propôs a responder é referente à sustentabilidade dos indivíduos/moradores da cidade de Castilhos – Uy, que participam direta ou indiretamente dos projetos da ONG Casa Ambiental. Uma vez que, como me referi anteriormente muitos desses sujeitos obtêm sua renda através da produção e venda de alimentos artesanais. Ao entrar nesta problemática fez-se necessário analisar os projetos de formação e capacitação que a Casa Ambiental oferece aos seus frequentadores. Nesse sentido, a questão fundamental da pesquisa tem a seguinte formulação: Em que medida os frequentadores da Casa Ambiental desenvolvem práticas orientadas à sustentabilidade local, bem como à educação ambiental?

Sendo assim, o estudo foi realizado na cidade de Castilhos no Uruguai dentro do espaço de ação de uma organização não-governamental, ou seja, a Casa Ambiental, dado que esta desenvolve projetos com a finalidade de promover a sustentabilidade local através da produção, comercialização equitativa dos produtos naturais e a formação de uma rede social de participação política em questões de meio ambiente e desenvolvimento.

1.2 Objetivos da Pesquisa

1.2.1 Objetivo Geral

- Analisar os projetos de formação e capacitação que a ONG Casa Ambiental oferece aos seus frequentadores e verificar em que medida se desenvolve práticas orientadas a sustentabilidade local e a educação ambiental.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Investigar o cenário onde se inserem as organizações não – governamentais ambientalistas;
- Apresentar o contexto das políticas públicas ambientais no Uruguai para entender os desdobramento dos conceitos de meio ambiente, desenvolvimento sustentável e educação ambiental.
- Verificar como um processo não-formal de Educação Ambiental pode proporcionar a integração da comunidade local com a ONG Casa Ambiental e o seu modo de vida, por meio da organização do trabalho alternativo;

2. MEIO AMBIENTE, MOVIMENTO AMBIENTALISTA E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

2.1 Um olhar antropológico sobre a relação ser humano e ambiente

A capacidade humana de modificar o ambiente para o seu próprio proveito e bem-estar é muito grande e ultrapassa facilmente qualquer agente natural em termos de rapidez e potencial de impacto (OLIVEIRA & TAGLIANI, 2009, p. 01). Esta constatação pode ser observada ao longo da breve, mas intensa história da trajetória humana na Terra a partir dos diferentes enfoques da relação do ser humano entre si e este com o meio ambiente.

Cruz (2000) destaca que o nosso planeta tem aproximadamente cinco bilhões de anos e que a vida surgiu acerca de 3,6 bilhões de anos. As evidências da ocupação humana na Terra apontam para 3,9 milhões de anos como data razoável do aparecimento do *australopithecus*, encontrado através de fósseis no leste da África, sendo que o ancestral mais próximo do homem atual (*homo sapiens*) apareceu em torno de quarenta mil anos. Assim, a espécie humana é uma das mais jovens se comparada com a biodiversidade do planeta (THAINES, 2006, p. 20). Contudo, embora ainda haja muito a se pesquisar sobre a Terra, as pesquisas arqueológicas, freqüentemente, disponibilizam novos dados e informações que impossibilitam, hoje, a existência de um consenso tanto sobre a época da ocupação quanto sobre o modo de como os nossos ancestrais chegaram a determinadas regiões do planeta.

Por outro lado, Roosevelt (1999) destaca o consenso entre muitos arqueólogos de que os primeiros povoamentos das Américas teriam surgido durante o período final da Era Glacial, em torno de 12.000 anos atrás. A autora enfatiza, ainda, que os povos

oriundos do norte da Ásia, seguindo a caça de grande porte, atravessaram o Estreito de Bering até o atual Estado do Alasca, assentaram-se primeiramente nos planaltos norte-americanos acerca de 11.500 anos e, continuando em direção ao sul, através da América Central, chegaram aos Andes por volta de 10.500 anos AP. E conclui dizendo que a disponibilidade dos animais de grande porte diminuía com rapidez devido a fatores climáticos e talvez também em razão da caça excessiva⁶.

Assim, Foladori & Taks (2004) enfatizam que a Antropologia nasceu, afinal, perguntando-se sobre a transformação antrópica que diferentes sociedades produziram em seu ambiente; sobre a continuidade e a diferença da espécie humana em relação aos demais seres vivos e sobre o lugar da consciência na evolução social. Destacam que a disciplina de antropologia pode contribuir de maneira informativa para a compreensão da problemática ambiental, dado que o seu papel é o de desmistificar os preconceitos sobre a relação do homem com a natureza, tais como os mitos da existência de um vínculo harmonioso entre sociedade e natureza nos tempos pré-industriais e o da tecnologia moderna como causa última da crise ecológica ou, ainda, o papel sacrossanto da ciência como guia em direção à sustentabilidade (FOLADORI & TAKS, 2004, p. 01-02).

A problemática ambiental segundo Foladori tem um,

[...] caráter complexo, global e interdisciplinar gerando uma gama de posições que nem sempre correspondem às expectativas políticas. Há grupos, tanto de esquerda quanto de direita, que tomam as sociedades simples como ideal de equilíbrio ecológico; paralelamente, há grupos de direita e também de esquerda que rechaçam as leis da ecologia como guia para o comportamento humano. (FOLADORI, 2000, *apud* FOLADORI & TAKS, 2004, p. 02)

No entanto, a afirmação de que as sociedades pré-industriais viviam harmonicamente com a natureza é um pouco duvidosa devido à generalização que esta questão apresenta ao considerar como iguais todas as sociedades pré-industriais. E

⁶ Segundo Foladori & Taks (2004) reconhece-se hoje, que as populações que acerca de 12.000 anos cruzaram a “ponte” da Beringia do nordeste asiático para o Alasca, participaram na extinção de mamutes, mastodontes e outros grandes mamíferos, à medida que avançaram ao sul do continente. A conhecida tese de Martin (1984, *apud* FOLADORI & TAKS, 2004, p. 02), sobre o papel dos caçadores paleolíticos na extinção de animais em continentes de colonização tardia, forneceu uma prova dos efeitos diretos e indiretos que sociedades com tecnologias “simples” são capazes de provocar a longo prazo sobre o meio ambiente.

também Foladori & Taks (2004) a consideram um tanto romântica, ao considerar as sociedades com um grau de consciência e atividade planejadas difícil de imaginar, mesmo no caso de grupos pequenos

Ora, sabemos que as comunidades de seres humanos nômades mantinham uma relação de subsistência com o ambiente obtendo alimentos através da caça e da pesca. Nas atividades de coleta e de caça, os homínídeos adquiriram parasitas próprios aos primatas e outros microorganismos, que transformaram os ecossistemas (FOLADORI & TAKS, 2004, p. 03). Segundo Thaines (2006), muitas comunidades indígenas até divinizavam elementos naturais através de rituais de adoração, como da lua, do mar, das montanhas, do sol e das árvores.

No entanto, a concentração populacional, a utilização da cerâmica para cozimento e armazenamento dos alimentos, além da domesticação de animais e plantas contribuíram para grandes alterações no ambiente. Com o sedentarismo novas dietas foram adotadas e com isso o acúmulo de resíduos orgânicos (cascas, fezes e restos alimentares) que deu início à degradação ambiental, tendo em vista que a decomposição desses resíduos não tinha um tempo suficiente para serem degradados naturalmente pelo meio ambiente, afetando dessa forma, na co-evolução dos microorganismos. De acordo com Barret et al. (1998, *apud* FOLADORI & TAKS, 2004, p. 03) “é possível que muitas infecções contemporâneas (tuberculose, antraz, brucelose, etc.) tenham sua origem na domesticação de animais, no contato direto com eles e no consumo de produto deles derivados, como leite, peles e couro”.

Thaines (2006) analisa que a necessidade cada vez maior de alimentar a população que cresce, e a disposição cada vez mais freqüente dos resíduos orgânicos a céu aberto e a ausência de saneamento básico geraram intenso impacto ambiental. Para esta autora, os habitantes das primeiras cidades acreditavam que a água levava e lavava todos os resíduos e por isso depositavam seu “lixo” nos cursos de água, de nascentes, de lagos e de rios. Thaines conclui dizendo que com isso ocorreu um aumento de macrovetores transmissores de doenças, como insetos e ratos, que encontravam abrigo e alimentos nos entulhos e dejetos da população, juntamente com a proliferação de microvetores, tais como bactérias, micróbios e outros patógenos, que causaram grandes epidemias.

Assim, (FOLADORI & TAKS, 2004, p. 03) dizem que as epidemias de varíola entre os anos 251 e 266 d.C., a peste bubônica nos séculos XIII e XIV, e as catástrofes pelas epidemias na América espanhola do século XVI, com milhares de mortes, são exemplos eloqüentes de uma relação pouco harmônica com a natureza externa e interna ao ser humano, ainda que estes resultados tenham sido indiretos e não intencionais.

Mas o que contribuiu efetivamente de maneira significativa para a intensificação dos problemas ambientais são a urbanização e a industrialização, senão vejamos: No século XVIII eclode a Revolução Industrial na Europa (1760), e assim surge o processo de urbanização moderno. Nos países dos demais continentes vamos ter essa intensificação após a Segunda Guerra Mundial, que está diretamente ligada à industrialização e ao capitalismo (THAINES, 2006, p. 22). Desse modo, esse fenômeno também pode ser associado,

[...] ao desenvolvimento das ciências exatas pelo modelo cartesiano de Descartes e das ciências naturais que, juntamente com o espírito positivo de Augusto Comte, condicionou uma relação de dominação do ser humano sobre a natureza e sobre outros seres humanos, num crescente antropocentrismo, - o ser humano como centro - [...]. Essa visão exploratória e o desenvolvimento tecnológico e científico chegou a ponto de em nome do desenvolvimento, a humanidade passar a adotar modelos empregados na Revolução Industrial como o fordismo e o taylorismo nas relações sociais e educacionais. (THAINES, 2006, p. 22)

Com o sistema capitalista vamos ter o fortalecimento da burguesia e, com isso, um agravante sério dos problemas sociais – o consumismo - que nos remete aos problemas ambientais. O consumo é freqüentemente estimulado pela indústria cultural formada em decorrência do capital, ou seja, quanto mais alto o padrão de consumo do país, comumente estará na lista dos países “em desenvolvimento”.

Mas tudo tem um preço! Para ser considerado um país desenvolvido ou “em desenvolvimento” grandes catástrofes são ocasionadas. Como exemplo podemos citar a Inglaterra onde em conseqüência da poluição industrial, uma nuvem de poluentes e gases tóxicos impediu a penetração dos raios solares e a floração primaveril foi gravemente afetada⁷. Além de outras conseqüências, algumas espécies de animais foram

⁷ Em decorrência desse desastre ambiental que surge a obra “Primavera Silenciosa” (1962) de Raquel Carsons.

comprometidas, como foi o caso dos pássaros, que se calaram... e as pessoas desenvolveram crises respiratórias e problemas dermatológicos.

Nesse contexto, também teremos acidentes nucleares, como a bomba atômica utilizada na Segunda Guerra Mundial e jogada nas cidades de Hiroshima e Nagasaki (1945), o desastre químico em Bhopal, na Índia (1984), a contaminação pelo elemento radioativo Césio 137, em Goiânia (1987)⁸⁸, o acidente na Usina Nuclear de Chernobyl (1986), dentre outros. É inviável dizer com precisão o número de mortos causados por esses desastres pois, devido às mortes esperadas por câncer, outros tipos de anomalias e doenças que ainda não ocorreram, fica difícil de contabilizar e também difíceis de atribuir especificamente aos acidentes. Mas, com certeza, milhares de pessoas foram vítimas desses acidentes, e ainda serão...

Contudo, a ameaça à sobrevivência da própria espécie humana contribuiu para que fossem revistas a relação entre os seres humanos com o ambiente e com isso a necessidade da mudança de atitude, de posturas. Professores, pesquisadores, cientistas e simpatizantes, organizados a partir de movimentos ambientais e organizações, protestaram alertando o mundo e as autoridades que se reuniram em encontros, eventos, congressos e conferências, propondo acordos internacionais e tratados visando a preservação ambiental, pois a degradação ambiental não obedece fronteiras políticas (Pedrini, 1997, p. 23).

2.2 O Processo Histórico de Formação do Movimento Ambientalista

O ambientalismo, de acordo com as abordagens teóricas mais tradicionais, pode ser enquadrado em três enfoques: 1) como um grupo de pressão ou interesse; b) como um novo movimento social ou c) como um movimento histórico (VIOLA, *apud* LEIS& D`AMATO 1998, p. 77). No primeiro caso, trata-se de um grupo de pressão ou interesse interno ao regime político que se organiza a partir da demanda de proteção

⁸⁸ Foi um acidente radioativo ocorrido no dia 13 de setembro de 1987, em Goiânia, Goiás. No desastre foram contaminadas centenas de pessoas acidentalmente através de radiações emitidas por uma cápsula que continha césio-137. Foi o maior acidente radioativo do Brasil e o maior do mundo ocorrido fora das usinas nucleares. Tudo teve início com a curiosidade de dois catadores de lixo, que vasculhavam as antigas instalações do Instituto Goiano de Radioterapia (também conhecido como Santa Casa de Misericórdia), no centro de Goiânia.

ambiental com objetivos e problemas bem determinados, sem contestar ou desafiar aspectos mais normativos e gerais do funcionamento da sociedade. Para Leis & D'Amato (1998) o ambientalismo, entendido como um novo movimento social significa que a questão ecológica é tratada de forma crítica e alternativa em relação à ordem existente, sendo contextualizada de um modo normativo. Finalmente, o terceiro enfoque, ou seja, o ambientalismo como um movimento histórico, avalia que o atual modelo de desenvolvimento é insustentável a médio ou a longo prazo e que, segundo (Leis & D'Amato, 1998, p. 78), esse modelo de desenvolvimento requer transformações necessárias que supõe a existência de um movimento multissetorial e global capaz de fazer uma mudança nos principais eixos civilizatórios da sociedade contemporânea.

Eis que para as ciências sociais e políticas este último enfoque é o que se apresenta mais completo e adequado na interpretação das idéias e das práticas ambientalistas presentes no panorama mundial. Contudo, para os autores Leis & D'Amato (1998) uma abordagem consistente do ambientalismo não pode ficar restrita às ciências sociais e políticas e deve pedir ajuda tanto às ciências humanas bem como à religião e demais expressões culturais.

No entanto, ao fazer um breve histórico da trajetória do movimento ambientalista, não temos a pretensão de esgotar o tema, pois em se tratando do ambientalismo em escala mundial, diversos autores suscitam diferentes pareceres sobre o seu surgimento.

Os antecedentes das idéias ecológicas remontam ao século XIX - e mesmo antes - mas o ambientalismo e as primeiras manifestações organizadas em defesa do meio ambiente surgem em meados do século XX no pós-Segunda Guerra Mundial, mais especificamente nos anos 50 e 60. VIOLA & LEIS (1991) em um primeiro momento, as mudanças de valores e atitudes surgem de maneira relativamente indiferenciada nas populações de países desenvolvidos, posteriormente afetando os demais países. Portanto, essas mudanças de atitudes aconteceram quando o homem comum tomou consciência de que a ameaça nuclear poderia acabar definitivamente com o planeta e com a sua própria espécie. Nas palavras de Fonseca (2008):

Após a explosão das bombas de Hiroshima e Nagasaki, iniciaram-se na Europa manifestações pacifistas contra o uso de energia nuclear em função das conseqüências desastrosas para a humanidade e o meio ambiente. Antes destas, os registros ficam por conta de filósofos e pensadores, geralmente com variações sobre o mesmo tema: Deus e Natureza, ou com os naturalistas,

buscando uma melhor descrição e compreensão dos fenômenos da vida.
(FONSECA, 2008, p.01)

Entretanto, Leis & D`Amato (1998) nos informam que o processo de expansão do movimento ambientalista, nos diferentes setores da sociedade em nível mundial, não aconteceu de forma linear, e sim de forma multilinear, quer dizer, por “ondas” de tipos setorial-convergentes.

O ambientalismo de característica mundial tem suas origens no campo científico, embora os primeiros estudos de ecologia⁹ já somam mais de um século. A ascendência da preocupação ecológica na comunidade acadêmica está datada nos anos 50. Porém, ainda segundo (LEIS & D`AMATO, 1998, p. 80), os fatos fundamentais para marcar essa emergência foram a fundação da União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN) em 1948, criada por um grupo de cientistas das Nações Unidas. Também se destaca a Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos, pois segundo os autores citados, foi o primeiro grande acontecimento mundial desta natureza.

Contudo, se nos anos 60 a questão ambiental já é preocupação consolidada dos cientistas, agora também começa a projetar-se sobre a sociedade civil. Contudo, Viola & Leis (1991) nos relatam que vários grupos e organizações não-governamentais começam a surgir e a crescerem cada vez mais a partir daquela década. Em 1961 foi criada a primeira organização não-governamental ambiental de espectro mundial, o Fundo para a Vida Selvagem (WWF).

Com o crescimento do movimento ambientalista em todas as esferas sociais, acadêmicas e científicas, as nações viram-se envolvidas por um tema que não poderia mais ser ignorado. Sendo assim, a partir da década de 70 assistimos à manifestação e ao desenvolvimento das agências estatais de meio ambiente, assim como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e, conseqüentemente, na década seguinte já encontramos os partidos verdes tendo um expressivo papel (LEIS & D`AMATO, 1998, p. 80)

Assim, diversos eventos internacionais foram sendo realizados no século passado dando grande divulgação e disseminação à questão ambiental. Diferentes

⁹ A idéia de ecossistema e a Teoria Geral dos Sistemas pertencem à década de 50 (LEIS & D`AMATO, 1998).

encontros, conferências, comissões e grupos de pesquisa voltaram-se para os problemas ambientais, tais como, a Conferência de Estocolmo em 1972, na Suécia; os relatórios do Clube de Roma; a Conferência de Belgrado, em 1975; a Conferência de Tbilisi, em 1977; a constituição, em 1983, da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), formada por representantes do governo, ONGs e da comunidade científica de vários países. Essa Comissão foi constituída em atendimento às resoluções da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano em 1972¹⁰ (SCOTTO *et al.*, 2007, p. 08). A Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento elaborou um relatório global sobre os problemas ambientais, o qual veio a resultar no planejamento da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992, no Rio de Janeiro, também conhecida como a Rio'92, Eco'92, Conferência da Terra, o encontro de Cúpula da Terra (GOUVÊA, 2008, p. 09).

Nesses encontros foi destacado o trabalho das organizações não-governamentais (ONGs) e governamentais na defesa por um sistema de produção mais eficiente, de baixo custo, conservador de energia, não poluente e de qualidade, que considerasse as necessidades de reutilização e reciclagem (GOUVÊA, 2008, p. 09). Dá-se, assim, início à formulação de um novo modelo de desenvolvimento que passou a ser considerado o “paradigma da sustentabilidade” ou “paradigma ecológico”, sendo disseminado por todos os setores da sociedade local e global, embora mais na teoria do que na prática. Ainda segundo Gouvêa (2008), o ambientalismo se relaciona ao processo de globalização não apenas em virtude de interesses econômicos no monopólio dos recursos naturais, mas pelo reconhecimento do caráter global dos problemas ambientais.

Por fim, o desenvolvimento do movimento ambientalista demanda a continuidade do processo de mudança de mentalidade e comportamento ético num sentido mais qualitativo e complexo. Nesse sentido, Sorrentino & Tajber destacam que,

[...] a entrada das pessoas e entidades no movimento ambientalista ocorre por diferentes portas, alguns para proteger a vida das borboletas, outros das baleias, outros por causa da poluição da fábrica ao lado. Mas por todas essas portas de entrada acaba se encontrando um veio de convergência que é a questão da cidadania, da participação, da melhoria da qualidade de vida, que

¹⁰ Trata-se da Conferência de Estocolmo de 1972.

tem haver com geração de renda, com educação [...]”.(SORRENTINO & TAJBER, *apud* CASTRO, 1997, p. 32)

2.3 Terceiro Setor: As Organizações Não-Governamentais

Segundo Thaines (2006) o chamado Terceiro Setor é constituído por entidades da sociedade civil de fins públicos e não lucrativos, com capacidade de gerar projetos, assumir responsabilidades, empreender alternativas, iniciativas e mobilizar recursos necessários ao desenvolvimento social do país.

Assim, o conceito Terceiro Setor se distingue tanto dos conceitos de Estado e da Lógica de Mercado, que são os outros dois setores com que se delimita (VILLASANTE, 2002, p. 127). Villasante afirma que,

El Tercer sector está compuesto por Organizaciones no gubernamentales y no lucrativas, cuando menos segun sus estatutos constitutivos. [...] entonces nos proporciona una lista de asociaciones y otras formas sociales cuya taxonomía, y sus programas y reivindicaciones, nos lo sitúa como un tercer pólo para compensar los desajustes de la sociedad, al menos em teoría. Así nos van a aparecer organizaciones por tal o cual contenido explícito (vivienda, feminismo, ecología, educación etc.) y que segun sus características podremos subdividir (clase social de sus miembros, estructura de oportunidad política, identidades culturales locales etc.). La lógica causa-efecto no vê que además del contenido explícito hay otros contenidos latentes que también interactúan em estos procesos. (VILLASANTE, 2002, p. 127)

Ao se pesquisar o Terceiro Setor, que são as ONGs, adverte-se para o fato de que não existe conformidade a respeito do conceito de ONG, uma vez que grande parte dos atores sociais envolvidos nesses movimentos não entendem essas organizações como consequência lógica da própria negação que a denominação inspira. Com esse pressuposto, Thaines (2006) diz que toda organização privada da sociedade civil não criada pelo poder público e fundada sem a finalidade de lucro, deveria receber a qualificação de “*organização não-governamental*”. No entanto, não é isso que acontece, pois toda ONG é uma associação civil, mas nem toda organização privada sem fins lucrativos é uma ONG, a exemplo dos clubes, dos hospitais, das escolas filantrópicas, dos sindicatos, das cooperativas, dentre outras.

Menescal (1996) aponta que o conceito de ONG tem sua origem na Organização das Nações Unidas (ONU) após a Segunda Guerra Mundial, onde foi, pela primeira vez, utilizado o termo em inglês *Non-Governmental Organizations (NGOs)*, como menção às organizações supranacionais e internacionais que não foram estabelecidas por meio de acordos governamentais. Esta definição buscou traçar uma diferenciação em relação às instituições decorrentes de acordos entre governos nacionais, como é o caso da ONU e suas agências especializadas. Porém, esse termo torna-se insuficiente para caracterizar os movimentos sociais que passam a atuar exclusivamente, no âmbito nacional, tanto nos países chamados “em desenvolvimento” quanto nos “industrializados”.

Desse modo, e como podemos observar, não é tarefa fácil caracterizar o conceito de ONG dada à pluralidade e a heterogeneidade destas. No entanto, gostaríamos de destacar que as ONGs possuem algumas características em comum, uma vez que, como já foi mencionado, são organizações formais sem fins lucrativos e com estruturas constituídas para alcançar determinados objetivos, e também por possuírem uma determinada autonomia no desenvolvimento das atividades e projetos voltados para a melhoria das condições de vida.

Assim sendo, Souza (2005) conhecidas mundialmente por ONGs, as organizações não- governamentais, surgiram dos movimentos ambientalistas formados no interior da sociedade civil a partir da segunda metade do século XX. Constituídas em diferentes partes do mundo, se fortalecem para protestar em defesa do meio ambiente, a melhoria da qualidade de vida e o incentivo à sustentabilidade planetária. Segundo dados da UNESCO, no início da década de 70, apenas 10 países contavam com organismos ambientais nacionais. No fim do ano de 1974 este número aumentou para 60 países e atingiu, no final da década, 100 países. Ao mesmo tempo, houve um aumento das ONGs preocupadas com o meio ambiente. São estimadas 2.500 organizações em 1972, uma vez que em 1981 já chegavam a 15.000

Menescal (1996) destaca que as ONGs são organizações que apóiam grupos e movimentos populares de uma maneira que nem o mercado e o Estado são capazes de apoiar. Enquanto na sociedade capitalista as relações de mercado se constituem através da produção e do consumo e o Estado se legitima pelo embate das classes sociais, as

ONGs se inserem no presente momento histórico, como uma espécie de entidade que se destaca por meio de atos de solidariedade e cooperação.

No entanto, para Thaines (2006) as ONGs consistem em apoiar movimentos sociais e organizações populares de base comunitária com o objetivo de promoção da cidadania em geral; defesa e proteção dos direitos; luta pela democracia e política social; proteção dos segmentos sociais excluídos e marginalizados; fortalecimento da sociedade civil com ênfase nos trabalhos de educação popular, elaboração e monitoramento de políticas públicas e com forte atuação junto ao Estado, à sociedade e à imprensa. Por fim, são instituições políticas participativas em posições atuantes na construção de um mundo mais justo, ético, solidário e sustentável.

Portanto, como podemos observar as ONGs não são um grupo homogêneo de pensamento e ação. Em termos da temática ambientalista, trabalham com temas diversos, tais como: lixo, educação ambiental, agricultura alternativa, legislação ambiental, desenvolvimento rural sustentável, desenvolvimento local, dentre outros. Sendo assim, Castro (1997) destaca que as ONGs nesse contexto se inserem nos mais diferentes temas, com objetivos específicos, trabalhando em capacitação, assessoria, pesquisa e educação. Nesse sentido, as ONGs contribuem para a construção de um mundo mais viável e sustentável, tendo um papel de fundamental importância na criação de planos de gerenciamentos e estratégias educativas que visam à sustentabilidade socioambiental.

Por outro lado, é certo que existem algumas ONGs de “fachada” que para (THAINES, 2006, p. 28) devido à queda da burocratização, surgem alguns mitos e até conflitos associados à fragmentação do Terceiro Setor. A autora destaca que, ao pesquisar na internet, verificou a existência de várias ONGs fundadas sem a mínima burocratização (como a prestação de contas, por exemplo) característica do Terceiro Setor, que são “fantasmas”, ou seja, não apresentam os resultados de seus trabalhos, de modo que podem funcionar como canais de arrecadação de dinheiro que, ao invés de beneficiar a sociedade, acabam por beneficiar um grupo “seleto” de amigos, parentes e outros...

O discurso antiambientalista da mídia televisiva e digital (internet) está baseado na propagação dessas ONGs de “fachadas”, que contribuem para a

manutenção do sistema vigente de dominação. As ONGs têm o objetivo de descentralizar, desestabilizar o poder, com suas reivindicações na mira do fortalecimento da sociedade civil.

Para finalizar, as organizações não-governamentais, assim como todas as mudanças e novidades geram incertezas e podem enfrentar resistência por parte do senso comum. Contudo, Morin (2007) considera que devemos estar atentos para o conceito complexo de desordem, esta inaugura sempre uma nova ordem, ou seja, uma auto-organização nos processos de natureza física ou social, e nisso consiste um componente vital dos processos sociais e organizacionais como um todo. O nosso cotidiano, se quisermos, é a tradução de uma infinita rede de relações entre o ser humano e o meio ambiente, o nosso planeta Terra e com tudo o que ela gesta e metaboliza permanentemente. O nosso cotidiano, enfim, é tensionado pela constante “desordem”, desequilíbrio e contradições que, ao fim e ao cabo, renovam a ordem e reinstalam uma nova organização. As ONGs, inseridas nessa teia de relações traduzem também essa riqueza de eventos e contradições que, de resto, expressa a própria vida humana ao longo de milhares de anos até a emergência do *homo sapiens-sapiens-demens*.¹¹

As sociedades organizadas encontram na racionalidade das ONGs um instrumento decisivamente importante para a construção de um novo mundo e de uma nova ordem social. Se o “meio é tudo” como já disse alguém referindo-se ao meio ambiente, é fundamental que esse meio ambiente local ou global seja permanente cuidado e valorizado. É por isso também que o movimento ambientalista e as organizações não-governamentais ou Terceiro Setor, tem um papel decisivo na delicada relação entre o ser humano, o meio ambiente planetário e os processos de geração e renovação da vida, na medida em que em sua maioria atua definitivamente na melhoria da qualidade de vida individual, social e do meio ambiente.

¹¹ Expressão criada por Edgar Morin. Segundo o filósofo, “(...) o século XVIII europeu inventou a noção de *homo economicus*, que completa a definição racional [do *homo faber*] acrescentando-lhe a utilidade e o interesse. Assim *homo faber* e *homo economicus* consagram a marca do *homo sapiens*. (...) A especificação *homo sapiens* permanece, de qualquer maneira, insuficiente. Faz do humano um ser ignorando loucura e delírio, privado de vida afetiva, de imaginação, do lúdico, do estético, do mitológico e do religioso. Precisamos, então, corrigir, complementar, dialetizar a noção de *homo sapiens* (MORIN, 2002, p. 116).

3. ATITUDES, COMPORTAMENTOS E AÇÕES POLÍTICAS

O governo e a sociedade civil estão sendo mobilizados devido à questão da problemática ambiental. Nas últimas décadas, todo um aparato burocrático (leis) e atividades práticas são desenvolvidas por programas de governo, e de grupos da sociedade civil, como organizações não-governamentais, associações, fundações, dentre outros.

No campo educacional podemos perceber a necessidade da intensificação e da problematização do mote sócio-ambiental em todos os níveis de ensino. Assim, a Educação Ambiental (EA) tem um papel significativo e é solicitada em diferentes contextos educacionais, pois essa focaliza de maneira transversal e interdisciplinar, todo tipo de conhecimentos (conteúdos e experiências) oportunizando o desenvolvimento de valores, conhecimentos, habilidades e comportamentos.

Portanto, anteriormente ao fazer a intervenção no contexto de pesquisa da ONG “Casa Ambiental” no Uruguai, fez-se pertinente estudar a partir de excertos a Constituição e a lei nº 17.283 de proteção do meio ambiente desse país. Deste modo, para poder perceber como são definidos os conceitos de meio ambiente, educação ambiental e desenvolvimento sustentável. Logo, é de extrema importância dialogar com alguns autores, tendo como foco principal esses conceitos que mais se destacaram ao longo das legislações apresentadas.

3.1 Apresentando a Constituição do Uruguai e a lei nº 17.283 de proteção do meio ambiente

Para a apresentação e o estudo das leis fez-se necessário a exposição de alguns fragmentos. O art. 47 da Constituição da República Oriental do Uruguai define que “*A proteção do meio ambiente é de interesse geral. As pessoas deverão abster-se de qualquer ato que cause depredação, destruição ou contaminação grave ao meio ambiente*”. A Lei nº 17.283 de proteção do meio ambiente regulamentará esta disposição e poderá prever sanções para os transgressores. O art. 1º do Cap. I da lei de proteção do meio ambiente declara:

- a) A proteção do ambiente, da qualidade do ar, da água, do solo e da paisagem;
- b) A conservação da diversidade biológica e a configuração e estrutura da costa;
- c) A redução e um adequado manejo das substâncias tóxicas ou perigosas e de qualquer tipo de dejetos;
- d) A preservação, eliminação, mitigação e a compensação dos impactos ambientais negativos;
- e) A proteção dos recursos ambientais divididos e dos localizados fora das zonas submetidas à jurisdição nacional;
- f) A cooperação ambiental regional e internacional e a participação na solução dos problemas ambientais globais;
- g) A formulação, instrumentalização e aplicação da política ambiental nacional e do desenvolvimento sustentável.

No art. 2 da presente lei estão explícitos os direitos dos cidadãos que habitam a República Oriental do Uruguai, esses têm direito a um ambiente saudável e equilibrado. Contudo, no art. seguinte está expresso o dever dos cidadãos que é abster-se de qualquer ato que cause depredação, destruição ou contaminação grave ao meio ambiente. E no art. 4 está presente o dever do Estado que é fundamental propiciar um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável, protegendo o ambiente e, se esse for deteriorado, o Estado tem o dever de recuperá-lo ou exigir do infrator que o recupere.

Para os efeitos da Lei nº 17.283 por desenvolvimento sustentável entende-se *“aquele desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades”*.

Assim sendo, no Capítulo II, art. 6 da Lei nº 17.283 apresentam-se os princípios da Política Nacional Ambiental:

- a) A distinção da República no contexto das nações como “País Natural”, desde uma perspectiva econômica, cultural e social do desenvolvimento sustentável;
- b) A prevenção e previsão são critérios prioritários frente a qualquer outro na gestão ambiental e, quando houver perigo de dano grave e irreversível, não poderá alegar a falta de certeza técnica ou científica absoluta como razão para não adotar medidas preventivas;
- c) Constitui um suposto para a efetiva integração da dimensão ambiental ao desenvolvimento econômico e social, a incorporação gradual e progressiva das novas exigências;
- d) A proteção do ambiente constitui um compromisso que abrange ao conjunto da sociedade, sendo que as pessoas e as organizações representativas têm o direito e o dever de participar desse processo;
- e) A gestão ambiental deve partir do reconhecimento de sua transectorialidade, pelo que requiere a integração e coordenação de diferentes setores públicos e privados envolvidos, assegurando o alcance nacional da instrumentação da política ambiental e da descentralização no exercício dos acontecimentos de proteção ambiental;
- f) A gestão ambiental deve basear-se num adequado manejo da informação ambiental, com a finalidade de assegurar sua disponibilidade e acessibilidade por parte de qualquer interessado;
- g) O incremento e o fortalecimento da cooperação internacional em matéria ambiental promovendo a elaboração de critérios ambientais comuns.

Portanto, para não se estender na apresentação de outros artigos da presente lei, é pertinente destacar que a educação está presente no art. 7 como um dos instrumentos de gestão ambiental. No entanto, a educação ambiental vem logo a seguir no art. 11 que dispõe – *“as entidades públicas fomentarão a formação da consciência ambiental da comunidade através de atividades de educação, capacitação, informação e difusão das tendências a adoção de comportamentos consistentes com a proteção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável”*.

Em decorrência das ações de educação ambiental o Ministério de Habitação, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente do Uruguai (MVOTMA) passa a dar prioridade aos planos de execução de atividades, coordenadas com as autoridades de educação, as autoridades departamentais, locais e as organizações não-governamentais. Em função dessa demanda cria-se no dia 10 de agosto de 2005 a **“Rede de Educação Ambiental para o Desenvolvimento Humano Sustentável”**. Essa rede é um acordo Interinstitucional entre o Ministério de Educação e Cultura (MEC), Ministério de Habitação, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente, Administração Nacional de Educação Pública (ANEP) e Universidade da República Oriental do Uruguai (UdelaR). O objetivo geral da criação dessa Rede de Educação Ambiental para o Desenvolvimento Humano Sustentável é gerar um espaço institucional de encontro, programação e atuação coordenada de todas as instituições que desenvolvem atividades de Educação Ambiental no Uruguai, atuando o Ministério de Educação e Cultura como ponto central da mesma em consistência com a Política Nacional Ambiental.

Portanto, a Rede Nacional de Educação Ambiental para o Desenvolvimento Humano Sustentável tem como objetivos:

- a) Promover a implementação de programas e atividades de formação e educação ambiental, dirigido a toda a população, particularmente, à jovens de todos os segmentos do Sistema Educativo (escolar, técnico, básico, diversificada, formação docente e universitária), e as organizações comunitárias, definindo projetos de alcance nacional e de nível local;
- b) Definir e instrumentar modalidades de seguimento, controle e evolução dos programas e projetos específicos, promovendo sua aplicação ou reformulação, e facilitando um melhor cumprimento da legislação;

- c) Contribuir com a formulação de projetos de formação e capacitação permanente de agentes multiplicadores, assim como promover a elaboração de materiais informativos (vídeos, folhetos, publicações dentre outros), como instrumentos de apoio aos programas e ações educativas;
- d) Promover a coordenação e cooperação com instituições (públicas e privadas), assim como, com organismos internacionais, que podem contribuir com a finalidade da Rede Nacional;
- e) Criar um sistema de informação, de acesso ao público, com todos os projetos e atividades em desenvolvimento, de modo a facilitar as comunicações horizontais;
- f) Impulsionar a constituição de um Fundo para o financiamento de projetos de Educação, conforme aportes do setor privado e de instituições financiadoras;
- g) Desenvolver novos conhecimentos com relação à Educação Ambiental;
- h) Criar um grupo Técnico-Acadêmico coordenador da Rede integrado por um representante designado pelo MEC, MVOTMA, ANEP, UdelaR, as associações, instituições de educação privada em seus diferentes níveis, as Câmaras Empresariais, as ONGs ambientalistas, Intendências Municipais entre outros.

Portanto, a Rede Nacional de Educação Ambiental para o Desenvolvimento Humano Sustentável considera a Educação Ambiental como um processo mediante o qual se adquire conhecimentos que permitem modificar atitudes e comportamentos individuais e coletivos, para melhorar as relações entre as atividades humanas e, destas com o entorno; habilidades para potencializar um desenvolvimento humano sustentável na busca de uma melhor qualidade de vida social.

Contudo, depois de fazer essa exposição acerca da Constituição e da Lei de Proteção ao Meio Ambiente podemos perceber a presença de conceitos que consideramos chave para o entendimento acerca das ações de EA. Assim sendo, é de extrema importância dialogar com autores, tendo como foco principal esses conceitos que mais se destacaram ao longo das legislações apresentadas; são eles: Educação

Ambiental, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Pois como nos sugere Carvalho (2006),

Nossas idéias ou conceitos organizam o mundo, tornando-o inteligível e familiar. São como lentes que nos fazem ver isso e não aquilo e nos guiam em meio à enorme complexidade e imprevisibilidade da vida. Acontece que, quando usamos óculos por muito tempo, a lente acaba fazendo parte de nossa visão a ponto de esquecermos que ela continua lá, entre nós e o que vemos, entre os olhos e a paisagem. (CARVALHO, 2006, p. 33)

Nesse excerto a autora faz crítica a visão “naturalizada” dos conceitos. Dizendo que os conceitos não esgotam o mundo, não abarcam nunca a totalidade do real. Somos de certa forma, reféns das nossas visões ou conceitos, ângulos sempre parciais que usamos para acessar o mundo (CARVALHO, 2006, p. 33-34). No entanto, para renovar nossa visão de mundo Carvalho (2006) sugere a troca de lentes, ou seja, ver as mesmas paisagens com um olhar diferente. Isso significa “desnaturalizar” os modos de ver do senso comum.

3.2 Repensando os conceitos

É sempre relevante repensar os conceitos¹² de Educação Ambiental, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pois esses conceitos foram chave para o entendimento acerca das ações de EA que estão sendo desenvolvidas na Casa Ambiental. Uma vez que, esses conceitos estão presentes em várias partes da legislação uruguaia (Constituição e Lei de Proteção ao Meio Ambiente). É evidente que ao pesquisar uma ONG no Uruguai necessariamente tivemos que ter conhecimento sobre a legislação que rege esse país, uma vez que consideramos o espaço da ONG Casa Ambiental como um ambiente de ação e participação política por parte da comunidade local e seus militantes.

¹² É muito importante estar aberto para refletir sobre os conceitos, pois só assim as práticas e as ações, neste caso referente à EA, serão executadas de maneira complexa, crítica e problematizadora. De acordo, com Sauvé (2008) os problemas contemporâneos força a EA interagir com outras dimensões educativas, tais como: educa o para paz, direitos humanos e educa o, educa o intercultural, desenvolvimento internacional, educa o e comunica o entre outras.

3.2.1 Educação Ambiental

A Educação Ambiental para Reigota (1997) é uma proposta que altera profundamente a educação como a conhecemos, não sendo necessariamente uma prática pedagógica voltada para a transmissão de conhecimento de ecologia. E sim, uma educação que visa não só a utilização racional dos recursos naturais, mas a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental. Reigota (1997) considera que,

[...] a educação ambiental deve procurar estabelecer uma “nova aliança” entre a humanidade e a natureza, uma “nova razão” que não seja sinônimo de autodestruição e estimular a ética nas relações econômicas, políticas e sociais. Ela deve se basear no diálogo entre gerações e culturas em busca da tripla cidadania: local, continental e planetária, e da liberdade na sua mais completa tradução, tendo implícita a perspectiva de uma sociedade mais justa tanto em nível nacional quanto internacional. (REIGOTA, 1997, p. 11)

O referido autor ainda destaca que as práticas de Educação Ambiental têm sido realizadas conforme a concepção que se tem de meio ambiente.

A Educação Ambiental para Carvalho (2006) é parte do movimento ecológico; surge da preocupação da sociedade com o futuro da vida e com a qualidade da existência das presentes e futuras gerações. Assim, (CARVALHO, 2006, p. 69) classifica a Educação Ambiental em dois momentos de aparição: primeiramente como preocupação dos movimentos ecológicos com uma prática de conscientização capaz de chamar a atenção para o esgotamento e má distribuição dos recursos naturais para envolver os cidadãos em ações sociais ambientalmente apropriadas; e num segundo momento a Educação Ambiental vai se transformando em uma proposta educativa que dialoga com o campo educacional, ou seja, com suas tradições, teorias e saberes. Dessa maneira, Carvalho (2006) aponta que,

[...] a Educação Ambiental está efetivamente oferecendo um ambiente de aprendizagem social e individual no sentido mais profundo de experiência de aprender. Uma aprendizagem em seu sentido radical, a qual, muito mais do

que apenas prover conteúdos e informações, gera processos de formação do sujeito humano, instituindo novos modos de ser, de compreender, de posicionar-se ante os outros e a si mesmo, enfrentando os desafios e as crises do tempo em que vivemos. (CARVALHO, 2006, p. 69)

Portanto, a Educação Ambiental de que Carvalho (2006) fala é aquela que visualiza um novo estilo de vida, como modos próprios de pensar o mundo e, principalmente, de pensar a si mesmo e as relações com os outros; é a Educação Ambiental como mediadora na construção social de novas sensibilidades e posturas éticas diante do mundo.

3.2.2 Meio Ambiente

Por meio ambiente Reigota (1997) defini como sendo um lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído.

Reigota (1997) em sua definição de meio ambiente procura deixar subentendido que esse é um espaço:

a) determinado no tempo, no sentido de procurar delimitar fronteiras e os momentos específicos que permitem um conhecimento mais aprofundado; *b) percebido*, já que cada pessoa delimita em função de suas representações, conhecimentos específicos e experiências cotidianas nesse mesmo tempo e espaço; *c) as relações dinâmicas e interativas*, as quais indicam uma constante mutação, como resultado da dialética das relações entre os grupos sociais e o meio natural e construído, implicando um processo de criação permanente, que estabelece e caracteriza culturas em tempo e espaços específicos. [Grifos do autor] (REIGOTA, 1997, p. 14-15)

Assim, Reigota (1997) determina o meio ambiente como uma representação social¹³ e conclui que, o homem ao transformar o espaço, o meio natural e o meio

¹³ Para saber mais sobre o conceito de representação social ver Moscovici (1978) e Chartier R. (1991).

social, também é transformado por eles. O processo criativo é externo e interno, as transformações internas e externas caracterizam a história social e a história individual onde se visualizam e manifestam as necessidades, a distribuição, a exploração e o acesso aos recursos naturais, culturais e sociais de um povo (REIGOTA, 1997, p.15).

Dentro das representações Sauvé (2008) apresenta diferentes concepções de ambiente, e estas podem ser consideradas numa perspectiva sincrônica, ou seja, elas coexistem e podem ser identificadas nos diferentes discursos e práticas atuais. Mas as diferentes concepções de ambiente também podem ser enfocadas segundo Sauvé (2008) diacronicamente, isto é, são resultados da evolução da história. Assim sendo, num enfoque histórico,

[...] certos paradigmas da EA podem ser encontrados no movimento da educação-natureza da década de 20 (refere-se à concepção do ambiente com natureza), e também nos movimentos de educação-conservação que surgiram em meados deste século (refere-se à concepção do ambiente como recurso). No início dos anos 70, o ambiente foi percebido basicamente como um problema. [...] Nos últimos quinze anos, particularmente nos países do 'Norte', surgiu uma preocupação exagerada com a dimensão biosférica. A concepção do ambiente como biosfera foi provocada pela globalização do mercado e da informação e também pela percepção sobre as interrelações dos fenômenos ambientais locais e globais. O Primeiro Mundo transferiu a responsabilidade aos países em desenvolvimento e um grande medo de que a miséria humana sofresse o 'efeito bumerangue' deu impulso à solidariedade mundial. Enquanto isso, nos países do Sul e em algumas regiões do Norte, a concepção do ambiente como projeto comunitário acabou prevalecendo [...]. (SAUVÉ, 2008, p. 05)

Sauvé (2008) nesse processo de evolução histórica das concepções de ambiente identifica seis tipologias ou concepções paradigmáticas que podem ser observadas nas abordagens pedagógicas (práticas) e nas diferentes teorias e discursos apresentados por diversos autores. Sendo assim, as concepções tipológicas sobre o ambiente são:

O ambiente como natureza: para ser apreciado, respeitado e preservado; o ambiente como recurso: para ser gerenciado; o ambiente como problema: a ser resolvido; o ambiente como lugar para se viver: para conhecer e aprender, para planejar e cuidar; o ambiente como a biosfera: onde se deve viver juntos no futuro; o ambiente como projeto comunitário: onde somos envolvidos. (SAUVÉ, 2008, p. 02-04)

Para concluir essa análise Sauvé (2008) diz que as seis concep es aqui apresentadas são eminentemente complementares e podem ser combinadas enriquecendo os diversos caminhos da Educa o Ambiental.

No entanto, o conceito de meio ambiente para Carvalho (2006) sofre a influência da dicotomia das rela es entre sociedade e natureza; entre a tradi o naturalista conservacionista e a visão sócio-ambiental. Segundo a autora,

[...] a visão sócio-ambiental orienta-se por uma racionalidade complexa e interdisciplinar e pensa o meio ambiente não como sin nimo de natureza intocada, mas como um campo de intera es entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa rela o se modificam din mica e mutuamente. (CARVALHO, 2006, p. 37)

A referida autora também destaca que a visão sócio-ambiental não nega a base “natural” da natureza, mas alerta para os limites de sua apreensão como mundo aut nomo reduzido   dimensão física e biológica. Entretanto, Carvalho (2006) reconhece que para apreender a problemática sócio-ambiental,   de extrema importância uma visão complexa de meio ambiente, em que a natureza integra uma rede de rela es não apenas naturais, mas também sociais e culturais.

3.2.3 Desenvolvimento Sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável assim como o de sustentabilidade adquiriram muita visibilidade nas últimas décadas. Ocorre que a no o de desenvolvimento sustentável e a própria idéia de sustentabilidade, segundo Scotto et al. (2007) são mais do que conceitos homog neos e bem delimitados: são campos de disputa sobre diferentes concep es de sociedade.

Nas palavras de Scotto et al. (2007) o conceito de desenvolvimento sustentável tem seu aparecimento nos anos 80 e,   formulado no documento intitulado *Our common*

*future*¹⁴ (“Nosso Futuro Comum”) resultado da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD, formada por representantes do governo, das ONGs e das comunidades científicas de diferentes países.

De acordo, com a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – (CMMD, 1988, p. 9) a definição de desenvolvimento sustentável que o documento “Nosso Futuro Comum” apresenta é o “*desenvolvimento que é capaz de garantir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também às suas*”.

Para um melhor entendimento acerca do conceito de desenvolvimento sustentável fez-se indispensável e importante, situar como se formulou a idéia de desenvolvimento, que será o alvo da crítica dos movimentos ambientalistas.

Traçando um breve histórico, a ideologia do desenvolvimento¹⁵, abrangendo as possibilidades de progresso e crescimento ilimitado, se constituiu como foco da sociedade industrial ocidental, em meados dos anos 40, após a Segunda Guerra Mundial. Nas palavras de Scotto et al.,

[...] o grande desafio era reconstruir as sociedades afetadas pela guerra e ao mesmo tempo estabelecer uma ordem internacional hegemônica num contexto de grandes desigualdades entre as nações centrais, urbanizadas e industrializadas e os países periféricos rurais e com baixa industrialização. (SCOTTO et al., 2007:15)

Desse modo, países como os Estados Unidos da América com o apoio da Europa Capitalista disputaram e integraram os países chamados de “Terceiro Mundo” na esfera de influência do capitalismo. Assim sendo, a solução dos problemas dos países considerados de “Terceiro Mundo” estava baseado no modelo

¹⁴ Essa comissão foi criada pela Assembléia Geral da ONU em 1983, em atendimento às resoluções da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano de 1972. Este trabalho foi presidido pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, motivo pelo qual ficou conhecida como Comissão Brundtland. O documento, Our Common future, foi publicado em 1987 na Inglaterra e nos EUA. No Brasil é publicado em 1988 pela Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro (SCOTTO, et al., 2007, p. 09).

¹⁵ Segundo (SCOTTO et al., 2007, p. 17) a ideologia do desenvolvimento ou da modernização era postulada como ideal de progresso. Para os países chamados subdesenvolvidos ingressarem nesta condição de bem-estar e consumo era necessário crescer economicamente, industrializar-se, urbanizar-se, ainda que isso custasse muitos sacrifícios como o endividamento na esfera econômica, a desvalorização e a marginalização das práticas culturais e saberes populares, a exploração da força do trabalho humano e dos recursos naturais.

desenvolvimentista dos países considerados de “Primeiro Mundo”. Conforme Scotto, et al.,

O desenvolvimento foi então identificado com o crescimento econômico, tecnológico, urbano e a internalização da lógica da acumulação e da produção capitalista em todas as esferas da vida social. Um modo de vida desenvolvido ou “moderno” foi estabelecido como um caminho evolutivo, linear e inevitável a ser trilhado pelas sociedades subdesenvolvidas para a superação da pobreza e do atraso. O paradigma do desenvolvimento a ser alcançado era a sociedade de consumo norte-americana. (SCOTTO, et al., 2007, p.16)

Nessa perspectiva, o desenvolvimento tornou-se o objetivo principal das ações e políticas dos governos e dos organismos internacionais como a ONU e o Banco Mundial.

Na busca pelo desenvolvimento configuram-se as relações de dominação política e econômica entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos. Nas palavras de Scotto et al. (2007) os países subdesenvolvidos ao entrarem na corrida pelo desenvolvimento passaram a ser chamados de países “*em desenvolvimento*” indicando que poderiam alcançar a meta ao cumprirem a receita do desenvolvimento.

Porém, na década de 60, inconformados com o modelo materialista, bélico, individualista, competitivo e degradador do meio ambiente, surgem os movimentos contraculturais e os movimentos ecológicos. Esses movimentos fazem críticas e questionamentos às sociedades industriais e a “ideologia do desenvolvimento” em prol do progresso e da modernização.

Segundo Scotto et al. (2007) esta preocupação indica a crise do modelo desenvolvimentista que prometeu o atendimento das necessidades humanas pela via do crescimento econômico e a modernização tecnológica.

No entanto, ao constatar o fracasso do modelo de desenvolvimento para a solução dos problemas globais, também pode-se verificar uma crise sócio-ambiental denunciando a exploração ilimitada dos recursos ambientais e a insustentabilidade ambiental e social do sistema vigente.

Nesse contexto, dos anos 70 e 80 vários movimentos ambientalistas e ecológicos tomam para o debate o modelo de desenvolvimento. Segundo Scotto, et al., (2007):

O debate ecológico é um dos cenários onde essa discussão se dá. Movimentos ecológicos que fazem uma crítica as raízes do sistema capitalista e seu uso do meio ambiente vão se contrapor a outros setores do movimento ecológico e das instituições internacionais que buscarão reformar a noção de desenvolvimento, buscando incorporar à idéia de desenvolvimento uma dimensão ambiental que este projeto inicialmente excluía de seu horizonte. (SCOTTO, et al., 2007, p. 19)

Assim, o desenvolvimento associado ao progresso tecnológico e à acumulação material, passa a ser associado aos riscos de degradação do ambiente. Portanto, vários segmentos foram dados, para amenizar a crise causada pelo desenvolvimento. Um destes segmentos foi organizado pela ONU, isto é, a I Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo em 1972. Além, da Conferência de Estocolmo, são marcos para o debate acerca do meio ambiente e desenvolvimento na década de 70 a elaboração do Relatório Meadows¹⁶. Nas palavras de Scotto et al. (2007) o estudo do Relatório Meadows aponta para a impossibilidade do mundo continuar nos então atuais patamares de crescimento, sob pena de um drástico esgotamento dos recursos naturais. Pois, os níveis de crescimento industrial, da poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais crescem em proporção acelerada, enquanto que a capacidade de renovação das matérias-primas, fontes de energia seguem o ciclo natural de regeneração.

De acordo, com Scotto et al. (2007) é neste clima de propostas e críticas aos limites do desenvolvimento é que surge o conceito precursor do desenvolvimento sustentável: o *ecodesenvolvimento*¹⁷.

¹⁶ O Relatório Meadows é um estudo realizado por um conjunto de cientistas e técnicos do MIT (Massachusetts Institute of Technology) a pedido do Clube de Roma sobre os “Limites do Crescimento”; as propostas de “desenvolvimento zero”; e a idéia de “ecodesenvolvimento” (SCOTTO, et al., 2007, p. 21).

¹⁷ Este conceito foi apresentado em 1973, por Maurice Strong e teve seus princípios formulados por Ignacy Sachs. O *ecodesenvolvimento* buscava superar a polarização do debate, que oscilava entre a defesa do desenvolvimento sem limites e uma visão catastrofista sobre os limites do crescimento (SCOTTO, et al., 2007, p. 24).

Sendo assim, o ecodesenvolvimento buscava o equilíbrio entre desenvolvimento e proteção do meio ambiente numa via intermediária entre o “ecologismo absoluto” e “economicismo arrogante”¹⁸ que pudesse conduzir a um desenvolvimento orientado pelo princípio de justiça social em harmonia com a natureza. Contudo, o que o conceito de ecodesenvolvimento expressa é muito bonito, porém na prática um pouco difícil de ser visualizado e implementado, uma vez que, a mentalidade do ser humano foi sempre se dar bem em qualquer tempo ou período da história da civilização.

Assim, tais aspirações do conceito de ecodesenvolvimento são questionáveis. Pois, ao enfatizar o anseio de se viver em harmonia com a natureza Foladori & Taks (2004) nos alertam que esse tipo de relação é um mito. Foladori & Taks (2004) advertem que é freqüente encontrar afirmações como essa “*as sociedades primitivas estabeleciam uma relação harmônica com a natureza*”, seja em texto de divulgação científica, seja em propostas políticas. Portanto, Foladori & Taks (2004) dirão que,

A imagem de sociedades pré-industriais ou pré-capitalistas vivendo em harmonia com a natureza tem o apelo de, presumidamente, oferecer exemplos reais de convivência equilibrada com esta. Trata-se, todavia, de uma afirmação duvidosa, não apenas por sua generalidade, ao considerar como iguais todas as sociedades pré-industriais, como também por seu romantismo, que sugere possuírem as ditas sociedades um grau de consciência e atividade planejadas difícil de imaginar mesmo no caso de grupos pequenos. (FOLADORI & TAKS, 2004, p. 02)

Neste caso, pode-se observar que nem as sociedades pretéritas viviam em harmonia com a natureza. Pois, o homem há aproximadamente 12 mil anos, ao atravessar o Estreito de Bering do nordeste asiático para o Alasca, participaram da extinção de mamutes, mastodontes e outros grandes mamíferos à medida que avançam ao sul do continente (FOLADORI & TAKS, 2004, p. 03). Portanto, Foladori e Taks (2004) vão dizer que a extinção da megafauna¹⁹ é apenas a manifestação mais visível das transformações que, desde os hominídeos que antecederam o *Homo sapiens*, vêm

¹⁸ Definições utilizada por Sachs (1986).

¹⁹ Megafauna termo que se refere aos animais gigantes (principalmente os mamíferos) que viveram nos períodos do pleistoceno e holoceno e foram extinguidos por influência antrópica.

sendo imposta aos ecossistemas. Dando continuidade ao conhecimento produzido por esses autores:

Também em um nível orgânico “menor” registraram-se conseqüências significativas. Em suas atividades de caça e coleta, os hominídeos adquiriram parasitas próprios aos primatas e outros microrganismos, que transformaram os ecossistemas. A domesticação de plantas e animais há aproximadamente 10 mil anos, implicou alterações radicais, com o sedentarismo, novas dietas, concentrações populacionais e de lixo, de animais domésticos e de plantas, que afetaram radicalmente a coevolução dos microrganismos. (FOLADORI & TAKS, 2004, p. 03)

A harmonia que tanto está presente nos discursos do ecodesenvolvimento do passado, e que agora está atualíssima nos discursos do desenvolvimento sustentável do presente requer reflexão e problematização. Uma vez que, a natureza não pode ser considerada como algo externo, onde a sociedade humana se adapta, mas sim um ambiente no qual cada ação humana implica a emergência de dinâmicas próprias e independentes na natureza externa, ao mesmo tempo em que, num efeito-bumerangue, produz impactos na natureza social e na biologia das populações humanas (Foladori & Taks, 2004, p. 03-04).

Dessa forma, o desenvolvimento sustentável é algo que está na moda, assim como o aquecimento global, porém a realidade é outra, não se pode esquecer as contradições e implicações políticas que estão implícitas nessas temáticas. Portanto, a crise ambiental não é resultado único, exclusivo e linear do modelo desenvolvimentista técnico e industrial, sabemos que este processo contribuiu e contribui para a aceleração desta crise. Mas ela é resultado de processos, ações, interações e contradições que desde os tempos pretéritos já vinham acontecendo; olhar as sociedades pré-industriais como exemplo de sustentabilidade ambiental é generalizar as populações, que viviam em processos de desenvolvimentos culturais, sociais, econômicos, ambientais e tecnológicos diferentes. Foladori & Taks (2004) destacam que esse fato traz à tona a importância do olhar antropológico sobre a questão ambiental.

4. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A metodologia não só confere a uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados no desenvolvimento da pesquisa, mas também nos orienta com relação às opções e a leitura funcional dos pressupostos teóricos. Neste caso, para obter o resultado no desenvolvimento da pesquisa sobre os projetos de formação e capacitação que a ONG Casa Ambiental oferece aos seus frequentadores para verificar em que medida os grupos desenvolvem práticas orientadas a educação ambiental e a sustentabilidade local fez-se necessário uma ordenação considerando as seguintes fases: fase exploratória, que estabelece o planejamento das atividades e a montagem do projeto de pesquisa; trabalho de campo, que se caracteriza pela coleta de dados; tratamento do material a partir da organização e análise dos dados, redação da dissertação e a socialização dos resultados através de divulgação científica (congressos, seminários, simpósios, dentre outros).

4.1 O Campo de Pesquisa e a Abordagem Qualitativa

Com base em Minayo (1994), concebemos o campo de pesquisa como sendo o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação. Assim, o espaço da ONG correspondeu a um campo empiricamente determinado para o desenvolvimento da pesquisa. Segundo Minayo (1994),

Além do recorte espacial, em se tratando de pesquisa social, o lugar primordial é ocupado pelas pessoas e grupos convivendo numa dinâmica de interação social. Essas pessoas e esses grupos são sujeitos de uma determinada história a ser investigada, sendo necessária uma construção teórica para transformá-los em objetos de estudo. Partindo da construção teórica do objeto de estudo, o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos. (MINAYO, 1994, p. 54)

Portanto, para a realização da pesquisa, que teve como objetivo geral analisar os projetos de formação e capacitação que a ONG Casa Ambiental oferece aos seus frequentadores para verificar em que medida os grupos desenvolvem práticas orientadas a educação ambiental e a sustentabilidade local foram utilizados instrumentos variados, em função da adoção da abordagem quantitativa na coleta e análise dos dados.

Assim, para Minayo (1994) a pesquisa qualitativa se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, as significações, motivações, sonhos, valores, atitudes dos indivíduos. No entanto, como o estudo tratou-se de atividades desenvolvidas dentro do espaço da ONG Casa Ambiental, foi utilizado o estudo de caso como categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente.

No entendimento de (TRIVINÕS, 1987, p. 137) o processo da pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas, estanques. Ela se desenvolve em interação dinâmica retroalimentando-se, reformulando-se constantemente, de maneira que, por exemplo, a coleta de dados num instante deixa de ser tal e é análise de dados, e esta, em seguida, é veículo para a busca de novas informações.

Contudo, devido à aproximação e experiência que temos na área da antropologia, o desenvolvimento desta pesquisa foi pautado em referências metodológicas da etnografia e de abordagens participativas. A escolha pelo método etnográfico neste tipo de estudo segue o que sugere Brewer (2000),

Ao caracterizar a etnografia como sendo o estudo das pessoas em locais ou “campo” que ocorrem naturalmente, através de métodos de coletas de dados que captam seus significados sociais e suas atividades comuns, envolvendo a participação direta do pesquisador no local, se não também nas atividades, para coletar dados de uma maneira sistemática. (BREWER, 2000, *apud* SILVERMAN, 2009, p. 71)

Souza (2005) também destaca que as abordagens participativas abarcam uma série de técnicas, métodos e instrumentos diferenciados. Mas, neste estudo a abordagem participativa adotada consiste nas observações. Pois, (SILVERMAN, 2009, p. 71) vai nos dizer que alguns pesquisadores contemporâneos compartilham a crença dos primeiros antropólogos de que para entender o mundo em “primeira mão” você mesmo precisa participar dele em vez de apenas observar as pessoas à distância. Assim, a observação participante é mais do que apenas um método. Segundo Atkinson & Hammersley (1994),

Em certo sentido, toda a pesquisa social é uma forma de observação participante, porque não é possível estudar o mundo social sem ser parte dele. Sob tal ponto de vista, a observação participante não é uma técnica de pesquisa específica, mas um modo de estar-no-mundo característico dos pesquisadores. (ATKINSON & HAMMERSLEY, 1994, *apud*, SILVERMAN, 2009:71)

Thiollent (1996) enfatiza que a técnica de observação participante é muito comum em estudos antropológicos e etnográficos em que há o envolvimento, mas não há a previsão de ação planejada de intervenção direta na realidade vivenciada. Porém, mesmo que essa pesquisa não tenha a pretensão de intervenção ou ação propriamente dita, percebemos que o processo promoveu trocas de experiências entre a pesquisadora e os sujeitos participantes da pesquisa.

4.2 O Método da Coleta de Dados

Fizeram parte deste estudo sete sujeitos, sendo que, três foram considerados produtores de alimentos, ou seja, pessoas que participaram (ou continuam participando) dos projetos de formação e capacitação oferecidos pela ONG e quatro pesquisadores e técnicos que foram fundadores e idealizadores da Casa Ambiental. A escolha destes sujeitos da pesquisa justifica-se na medida em que foi enfatizado o aspecto qualitativo, pois foram valorizadas as falas dos indivíduos que participam direta e indiretamente (militantes ou não) da Casa Ambiental. Pois, segundo Minayo (1994) uma amostragem

boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.

Os dados foram obtidos seguindo os procedimentos da abordagem qualitativa de pesquisas propostas por Minayo (1994), Triviños (1987) e Silverman (2009). Através dos seguintes instrumentos:

- *Pesquisa Bibliográfica*: a pesquisa bibliográfica abrangeu a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, artigos, documentos, manuscritos, mapas dentre outros. Todo o material recolhido foi submetido a uma triagem, a partir da qual foi possível estabelecer um plano de leitura. Tratou-se de uma leitura atenta e sistemática que se fez acompanhar de anotações, compilações em forma de fichamento, que eventualmente, serviram para a fundamentação teórica desse estudo.

- *Documentos*: de acordo com Gonçalves (2001) documento é qualquer informação em forma de textos, imagens, som, sinais, etc. Os documentos utilizados no desenvolvimento desta pesquisa foram produzidos por pessoas integrantes da Casa Ambiental, tais como: atas de fundação da ONG, estatuto, revistas, livros, folders, projetos, arquivo de imagens, dentre outros.

- *Observação Participante*: determinada por Minayo (1994) como sendo o contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seu próprio contexto. O observador estabelece uma relação com os observados e nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A relevância dessa técnica consistiu no fato de podermos apreender uma variedade de informações que não são obtidas através das entrevistas, uma vez que observados diretamente no contexto, dentro da realidade do cotidiano, transmitem o que há de mais estranho e evasivo na vida real.

- *Diário de Campo*: foi utilizado a todo o momento na rotina do trabalho de campo. Minayo (1994) diz que na verdade, o diário de campo é um “amigo silencioso” que não pode ser subestimado quanto à sua importância. No diário de campo foram registradas as percepções, questionamentos, angústias e informações que somados aos outros dados enriqueceram ainda mais a pesquisa.

- Entrevistas semi-estruturadas: definida por Minayo (1994) como sendo a técnica mais usual no trabalho de campo. Essa técnica permite a aproximação entre entrevistado e entrevistador/pesquisador, neste caso, orientado pelo objetivo definido da coleta de dados. As entrevistas podem ser classificadas operacionalmente em estruturadas, não-estruturadas e semi-estruturadas. De acordo com Minayo (1994) uma entrevista é estruturada quando pressupõem perguntas previamente formuladas. Na entrevista não-estruturada o entrevistado aborda livremente sobre o tema proposto, ou seja, os dados são adquiridos a partir de conversação com o entrevistado. No entanto, há formas que articulam estes dois tipos de modalidades: a entrevista estruturada e não-estruturada resultando na entrevista semi-estruturada. A entrevista semi-estruturada tem um roteiro antecipadamente elaborado, mas o entrevistador/pesquisador tem uma flexibilidade ao utilizá-lo. Nesta modalidade o entrevistado pode descrever livremente sobre os assuntos investigados, assim dando a sua opinião.

Nessa pesquisa as entrevistas foram realizadas individualmente, dois a dois, entrevistador e entrevistado, com propósitos estabelecidos. Segundo Minayo (1994),

Num primeiro nível, essa técnica se caracteriza por uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala. Já, num outro nível, serve como um meio de coleta de informações sobre um determinado tema científico. Através deste procedimento, podemos obter dados objetivos e subjetivos. (MINAYO, 1994, p. 57)

As entrevistas foram semi-estruturadas, isto é, parte de um questionamento comum, mas ao mesmo tempo oferece um campo vasto de possibilidades. Nas palavras de Triviños (1987) a entrevista semi-estruturada ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessária, enriquecendo a investigação. Ainda se tratando do mesmo autor:

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987, p.146)

Assim sendo, as questões da entrevista semi-estruturada não surgirão do nada. Elas surgirão do embasamento teórico e também da experiência empírica sobre o objeto estudado.

Anteriormente à intervenção no espaço da ONG Casa Ambiental, ou seja, o trabalho de campo propriamente dito foi realizado uma pesquisa bibliográfica e documental, com a finalidade de conhecer as diferentes abordagens teóricas disponíveis sobre o tema pesquisado. A pesquisa bibliográfica contribuiu na fase exploratória da pesquisa, ou seja, na definição do tema e problema, na determinação dos objetivos, na fundamentação da justificativa. A pesquisa documental permitiu a análise de atas de fundação da ONG, estatuto, projetos, arquivos fotográficos, no intuito de conhecer as ações da ONG antes de entrevistar os sujeitos que participam dos projetos.

Portanto, esse primeiro momento permitiu uma elucidação dos conceitos chave que foram desenvolvidos ao longo da pesquisa. Outra fonte de informação importante foi obtida através da internet; informações disponibilizadas por instituições de pesquisas e órgãos públicos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Ministério do Meio Ambiente - Brasil, Ministério do Meio Ambiente – Uruguai, Casa Ambiental, dentre outros).

A intervenção na Casa Ambiental foi realizada a partir de visitas bimestrais que, ocorreram no período de junho de 2009 a janeiro de 2010. Foram observados oito sujeitos em seu ambiente de trabalho que para o melhor entendimento do leitor será descrito em três etapas: A primeira etapa consistiu em uma aproximação com os sujeitos (militante ou não-militante) que participam da ONG Casa Ambiental. Nessa aproximação foi apresentada a proposta de estudo aos sujeitos envolvidos. Tratou-se de estabelecer uma situação de troca, os sujeitos devem ser esclarecidos sobre aquilo que pretendia investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindas do processo investigativo.

No entanto, a segunda etapa incidiu na técnica de observação participante e de diário de campo, que foram utilizadas transversalmente com as outras etapas da coleta de dados, ou seja, em uma integração retroalimentando-as segundo Trivinõs (1987). E para finalizar a coleta dos dados foi utilizada a entrevista semi-estruturada.

A entrevista semi-estruturada foi realizada com os sujeitos, tendo seu roteiro sido previamente preparado, o que contribuiu para a coleta das informações necessárias. Nas palavras de Barenho (2008):

[...] o pesquisador-observador se entrega à rotina e a participação em atividades dos pesquisados. O pesquisador se relaciona mais diretamente com os observados e, a participar de momentos do cotidiano vai obtendo os dados para a sua investigação (BARENHO, 2008, p.46).

Por se tratar de uma pesquisa desenvolvida em outro país (Uruguai) confesso que tivemos alguns obstáculos. Começando pela distância e deslocamento, as visitas tinham que ser pré-agendadas por telefone, evitando assim de viajar até Castilhos e não encontrar os sujeitos no espaço da Casa Ambiental, pois a grande maioria eram sujeitos do interior ou área rural (produtores de alimentos) e também estavam envolvidos em outras atividades (técnicos e pesquisadores), ou seja, tínhamos que contar com a disponibilidade dos participantes da pesquisa. No início do estudo as visitas eram feitas bimestrais e depois de acordo com a necessidade de coleta de novas informações. Algumas das viagens foram realizadas de moto, de ônibus e outras até de carro, pois Castilhos encontra-se aproximadamente a 260 km de distância da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Em Castilhos sempre pudemos contar com o apoio da estrutura da Casa Ambiental, pois nossas refeições e permanência eram feitas na sede da ONG. Já os deslocamentos dentro do interior da área de Castilhos eram realizados com o auxílio da Casa Ambiental juntamente com nosso informante-principal o biólogo responsável.

O período das observações e das vivências²⁰ além de permitir um maior envolvimento com os sujeitos integrantes da pesquisa promoveu o desenvolvimento e aprimoramento das questões da entrevista. As entrevistas foram apreendidas por meio de anotações das respostas no diário de campo e também com o auxílio de um MP3 que gravou as conversas. É no desenvolvimento da pesquisa que vamos aprimorando nossos métodos e técnicas.

²⁰ É importante registrar que as observações e vivências não foram restritas somente a visitas ao espaço da ONG Casa Ambiental, mas também na participação de pesquisas que resultaram na publicação de um livro e em eventos desenvolvidos pela ONG (ex: evento produzido em manifestação a preservação da floresta de *Butia capitata*, conhecida popularmente como palmeira de butiá).

Conseqüentemente, foi solicitada a todos os entrevistados a assinatura de um Termo de consentimento livre e esclarecido do participante (APÊNDICE A) e um Termo do uso de imagem (APÊNDICE B), no qual informava da sua participação e contribuição à pesquisa e também assegurava o sigilo da identidade.

Nas entrevistas feitas com os pesquisadores e técnicos (APÊNDICE C) as perguntas tinham o propósito de saber mais informações a respeito da ONG, ou seja, filosofia, processo de integração da CA com a comunidade local, projetos de formação e capacitação.

Já as questões feitas aos produtores de alimentos (APÊNDICE D), beneficiários dos projetos de formação e capacitação, buscavam visualizar a integração destes com a Casa Ambiental.

4.3 A Análise dos Dados

Para interpretação e análise dos dados utilizamos a metodologia proposta por Moraes (2005) a análise textual qualitativa (ATQ). A análise textual qualitativa envolve identificar e isolar enunciados dos materiais a ela submetidos, categorizar tais enunciados, produzindo textos que integrem descrição e interpretação, utilizando como base de sua construção um sistema de categorias desenvolvido.

Também foi utilizada na análise a triangulação dos dados. Pois, esta técnica consiste na combinação de vários métodos de abordagem que contribui na compreensão da realidade. Segundo Seixas (2005, *apud* BARENHO, 2008) a triangulação de informações pode ser feita a partir de: a) três ou mais técnicas na coleta de dados, ou b) três ou mais informantes. Portanto, no que diz respeito a essa pesquisa utilizamos informações das observações-participantes, das entrevistas semi-estruturadas e das análises de documentação.

A partir das entrevistas, os dados foram transcritos e agrupados de acordo com as próprias questões. Estas foram utilizadas como referência para análise e

interpretação. Também foram anexados junto a esse material dados das observações-participantes e anotações do diário de campo.

O agrupamento das narrativas das entrevistas dos pesquisadores e produtores de alimentos permitiu que estas fossem organizadas em categorias, as quais surgiram após as entrevistas, mais precisamente, na análise dos dados. É por meio destas categorias que os resultados das análises serão apresentados.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados alcançados nos possibilitaram construir e discutir histórias a partir das entrevistas, observações participantes e vivências realizada (APÊNDICE E). Assim, os dados das entrevistas foram analisados separando o grupo dos pesquisadores e técnicos que participam (ou participaram) dos projetos da ONG Casa Ambiental do grupo de produtores de alimentos (beneficiários) dos projetos de formação e capacitação.

De maneira, a manter preservada a identidade dos sujeitos participantes da pesquisa, suas falas, serão apresentadas da seguinte maneira: os pesquisadores e técnicos serão apresentados pela letra “P” enquanto que os produtores de alimentos serão representados pela sigla “PA”. Sendo que, individualmente cada entrevistado recebeu um número que representa a ordem da entrevista realizada.

5.1 Os Pesquisadores e Técnicos

Foram entrevistados quatro pesquisadores e técnicos da Casa Ambiental. Dos quatro entrevistados todos haviam participado de algum dos projetos promovidos pela ONG. A equipe que compõe a ONG tem caráter multidisciplinar, pois, foram entrevistados, biólogo, psicóloga, periodista (jornalista), tecnólogo em telecomunicações.

5.1.1 A Casa Ambiental (ONG) abordada no estudo

A técnica de observação participante foi realizada no ambiente da ONG Casa Ambiental dando destaque aos seus projetos de formação e capacitação. No entanto, as entrevistas na sua maioria foram realizadas no ambiente de trabalho ou na própria casa dos entrevistados (APÊNDICE F).

A Casa Ambiental é uma organização não-governamental sem fins lucrativos que fica localizada na cidade de Castilhos no Departamento de Rocha (APÊNDICE G) desde 1992. Este é caracterizado por uma extensa área de aproximadamente 11.000 km² e apresenta uma diversidade de ambientes naturais que proporcionam uma bela paisagem e um enorme potencial para o desenvolvimento turístico da região. Dentre estes ambientes naturais que constituem a paisagem rochense podemos citar: praias oceânicas com complexos sistemas de dunas, lagoas, banhados, arroios, palmares, bosques, serras dentre outros.

A cidade de Castilhos é um referencial turístico deste departamento, pois nela encontramos um ecossistema único do mundo as concentrações das florestas de palmeiras *Butia capitata*, espécie presente somente nesta região e no sul do Brasil, no município de Santa Vitória do Palmar.

No entanto, com relação ao grau de desenvolvimento e a qualidade de vida da população que vive em Castilhos é muito baixa, pois, grande parte mora na zona rural e encontra-se ameaçada por sistemas econômicos provenientes de latifúndios, como a pecuária e a produção extensiva do arroz. Esse tipo de produção consiste na contratação de pequena quantidade de mão de obra, e ao mesmo tempo, concentra grandes porções de terras destinadas ao mesmo tipo de produção, sem falar que, os impactos ambientais oriundos deste tipo de produção geralmente são imensuráveis. De acordo, com entrevistada “P” (5) *“como organización civil no gubernamental a CA mantiene un trabajo muy estrecho, genera, promueve un trabajo participativo con la comunidad tratando de buscar soluciones conjuntas a problemáticas fundamentalmente sociales y productivas que tienen impacto negativo a mediano y largo plazo en estos ecosistemas como es la incorporación de tecnologías que erosionan los suelos, los monocultivos, el*

uso irracional de los recursos naturales, la migración de pequeños productores rurales a la ciudad, etc.

Deste modo, estes fatores (pecuária, produção extensiva do arroz, impactos ambientais) acabam contribuindo para a efetiva migração de pessoas dos campos para as cidades na expectativa de melhor qualidade de vida, formação e capacitação (ou seja, um aprimoramento técnico dos saberes locais).

5.1.2 A Trajetória da Casa Ambiental e sua Integração com a Comunidade Local

Desde o ano de 1992 a Casa Ambiental (APÊNDICE H), tem executado vários projetos (APÊNDICE I) com a finalidade de pesquisa, ensino e extensão. O que notadamente podemos observar é que as atividades priorizam a promoção da sustentabilidade local juntamente com a conservação dos ecossistemas do Departamento de Rocha. Atualmente a ONG está envolvida em projetos de extensão, que visam à formação e capacitação dos sujeitos para atuarem em diferentes situações do seu cotidiano.

No início dos anos 90, uma equipe de trabalho formada por integrantes do Centro de Investigação Franciscano e Ecológico (CIPFE) e a Multiversidade Franciscana da América Latina (MFAL) de Montevideo (Uruguai) iniciaram as pesquisas preliminares no Departamento de Rocha para estudar a possibilidade de implantar um projeto de desenvolvimento sustentável e conservação ambiental nesse departamento. Em consequência dos primeiros estudos articularam e desenvolveram o projeto intitulado “*Restitución a la Vida*” que teve o apoio da ONG europeia Missão Central dos Franciscanos e da União Europeia.

O projeto “*Restitución a La Vida*” foi desenvolvido em três áreas básicas:

- Área 1 - a investigação, ou seja, pesquisas;
- Área 2 - Produção Sustentável;

- Área - 3 Educação Ambiental.

Sendo que, o objetivo principal foi o desenvolvimento sustentável da população local juntamente com a conservação do meio ambiente e seus recursos naturais. O projeto estava direcionado principalmente a pessoas que moravam nas áreas rurais e também nas imediações urbanas de Castilhos (Rocha). A integração da comunidade local foi dando-se de maneira gradual, segundo o pesquisador (2) *“se viene dando desde hace muchos años (1992) cuando La ONG se radicó em La zona. Há sido um proceso gradual y difícil que requirió el acompañamiento de las actividades a los tiempos y modos de la comunidad, incorporando a los pobladores a todos las etapas de los diversos proyectos que CA há desarrollado em este tiempo”*.

Nas pesquisas que compreendem a área 1 trabalharam onze equipes de pesquisadores uruguaios que pesquisaram a biodiversidade (APÊNDICE J) de diferentes grupos de animais e plantas do Departamento de Rocha. Essa pesquisa durou um ano e tudo isso levando em consideração que *“para preservar e conservar tem que conocer, e o primeiro passo para isso é a pesquisa”* palavras do pesquisador (2) da Casa Ambiental. Como produto deste trabalho foi gerado inúmeras publicações em periódicos, eventos, debates e reuniões.

No que diz respeito à área 2 – a produção sustentável – os rumos foram se destinando em três níveis de interesses e demanda da população. A horticultura orgânica ou agroecologia como conhecemos, a apicultura – criação de abelhas e produção de mel, e a produção de leite. Os produtos orgânicos foram certificados pela mesa de agricultura orgânica do Uruguai e geralmente são comercializados nos balneários da região. Na maioria das vezes, os balneários eram abastecidos de hortaliças provenientes de Montevideo, ou seja, da capital localizada a 270 km, com altos custos de transporte. E assim, os pequenos agricultores rurais não conseguiam se organizar para produzir e vender seus produtos.

Com relação à apicultura, esta cresceu estimulada pelo assessoramento técnico e a capacitação dos sujeitos interessados em produzir alimentos destinados a essa área. Na verdade o que podemos constatar nas observações é que eram sujeitos que já tinham o saber local sobre determinado tema, mas na verdade o que faltava mesmo era a

capacitação, ou seja, a qualificação dos sujeitos e a organização dos grupos para produzir e vender.

No entanto, a produção leiteira contou com o convênio da Intendência Municipal de Rocha, que instalou uma estrutura de recebimento de leite na cidade de Castilhos. Isso possibilitou uma organização das pessoas que produziam leite nas áreas rurais centralizando assim sua produção para o controle de qualidade e a venda do produto.

Na área de educação ambiental foi priorizada a transversalidade, ou seja, todas as três áreas do projeto foram cruzadas a partir da temática da autogestão. Pois, inicialmente o projeto teve como objetivo geral o desenvolvimento sustentável da população local juntamente com a conservação do meio ambiente e seus recursos naturais, para isso foram executadas atividades de capacitação, formação, assessoramento técnico, dentre outras. Mas a finalidade principal era organizar os grupos para que no final do projeto todos pudessem se autogestionar, dar continuidade as suas atividades e torná-las viáveis e sustentáveis.

Durante o desenvolvimento do projeto “*Restitución de la Vida*” de iniciativa da família franciscana, pessoas se sentiram influenciadas em dar continuidade a esse trabalho social, assim foram pesquisando, estudando e se preparando para fundar e articular a ONG Casa Ambiental de Castilhos, uma nova denominação, porém, os objetivos e desafios de trabalhos se mantiveram firmemente alicerçados a filosofia original.

De acordo, com a informação do pesquisador (4) “... *hoy, mas de 15 años después del inicio de dicho proyecto, nos alegra saber que buena parte de las iniciativas se han mantenido de forma autogestionada. Por supuesto hubo que adaptarse a nuevas condiciones en forma dinámica y hubo que modificar muchas cosas pero mayoritariamente se demuestra la posibilidad de transferencia de las experiencias de desarrollo*”.

5.1.3 Os Projetos de Formação e Capacitação e as Ações da Casa Ambiental

Os projetos de formação e capacitação são organizados em forma de cursos que tem como objetivo qualificar os sujeitos envolvidos. Como sabemos, os projetos tem um período de duração para serem executados, com início, meio e fim, mas o que podemos notar ao fazer as entrevistas é que a Casa Ambiental tem apoiado e monitorado todos os grupos envolvidos nas atividades. A ONG visa que a partir dos cursos que os grupos possam se organizar e trabalhar com mais autonomia. O pesquisador (5) nos informou que *“la Ong trabaja con una línea metodológica vinculada a la corriente latinoamericana de Educación Popular que busca promover la concientización de las problemáticas sociales, productivas, económicas, ambientales, etc. con el objetivo de lograr mayor participación ciudadana en la toma de decisiones”*.

No que diz respeito às ações e atividades podemos constatar que as visitas monitoradas a “chacra” ou “sítio” da Casa Ambiental são constantes. No dia 13 de junho de 2009 a Casa Ambiental recebeu a visita do “Liceo da La Coronilla” (APÊNDICE K), o que seria para nós, uma escola de ensino médio. Primeiramente a diretora da Escola, junto dos demais professores e alunos, receberam uma breve palestra sobre os objetivos e atividades da Casa Ambiental, e logo o assunto recaiu sobre o Palmar Butia capitata. Depois de ouvirem atentamente a palestra todos foram conhecer as instalações da sede da ONG e em particular o laboratório de elaboração de alimentos (planta).

Após conhecerem as instalações os alunos e professores foram convidados a fazer uma visita monitorada “trilha” aos palmares que fica próximo a sede da ONG, mais especificamente aos fundos da sede. Foram desenvolvidas atividades de pesquisa e interpretação da área visitada. Dessa forma, puderam conhecer um ecossistema que encontra-se ameaçado de extinção e toda a biodiversidade ali presente, animais e plantas. Todos participaram em atividades de pesquisa e educação ambiental. A pesquisadora (5) nos relatou que *“la Ong Casa Ambiental tiene una amplia trayectoria en el área educativa como lo son acciones desarrolladas en el Dpto. de Rocha: talleres de educación ambiental en las diferentes escuelas del departamento, desfiles populares el día del medio ambiente, promoción de la participación de los jóvenes a través de*

elaboración de proyectos amigables con el ambiente, formación de jóvenes promotores (educadores) ambientales, etc”.

No dia 17 de junho de 2009 foi realizado na sede da Casa Ambiental a Segunda Reunião de Comissão Administradora do Laboratório de produção de alimentos (planta) correspondente ao mês de junho. Nessa reunião participaram alguns representantes dos grupos (beneficiários dos projetos) e da Casa Ambiental, o diretor da secretaria do desenvolvimento e a engenheira de alimentos da Intendência Municipal de Rocha. Durante esta reunião foram discutidos diferentes temas: Objetivos e funções da comissão, usuários e não-usuários do laboratório, direitos e deveres, construção de outras estruturas, participação em exposições (Mesa Criolla e Expo-Prado), prestação de contas, dentre outras. Também pudemos observar que são diferentes grupos que utilizam-se do Laboratório de produção de alimentos (planta), tais como, produtores de geléia de: framboesa, tomates, *Butia capitata*, pêssago, produtores de bombons, artesanatos, dentre outras. O pesquisador (2) responsável pela ONG, nos informou que *“o grupo produtores de geléia de framboesas já começou a processar sua produção no Laboratório de produção de alimentos da Casa Ambiental. E ainda, destacou que a marmelada de framboesa, produzida por este grupo, é a primeira elaborada no país na forma certificada”*. E ainda nos relatou que *“os bombons de pitangas produzidos pelos grupos de mulheres da Costa de Pelotas e da Coronilla, tem despertado um grande interesse não só a nível local, senão também a nível nacional e internacional”*.

De outro lado, os usuários do Laboratório da Casa Ambiental vem trabalhando fortemente junto ao LATU (Laboratório Tecnológico do Uruguai) na elaboração de um manual de boas práticas de manufaturas (B.P.M.). No sábado dia 16 de junho, o grupo de produtores de Lascano, participaram dos cursos que possibilitam o ingresso para trabalhar no Laboratório de produção de alimentos da Casa Ambiental. Brevemente, estarão também ingressando os grupos de Valizas, Punta del Diablo e Coronilla, que já fizeram o curso teórico ministrado pela Técnica do Laboratório. E o mais importante, o curso foi ministrado nas próprias localidades, sem necessitar do deslocamento dos participantes até Castilhos.

Também integrando as ações da ONG, podemos observar que esta busca que os beneficiários dos projetos possam conhecer novas tecnologias no processamento de

alimentos. Pois, foi no dia 10 de agosto de 2009 que a Casa Ambiental visitou a estrutura de processamento de frutas, hortaliças e cereais do Laboratório Tecnológico do Uruguai (LATU) (APÊNDICE L). Essa visita foi acompanhada pelo técnico Agropecuário do Departamento de Rocha. Ali os pesquisadores e produtores de alimentos puderam apreciar as melhores condições e instalações para a criação de uma estrutura de produção. Estava em funcionamento uma enorme quantidade e variedade de maquinarias, muitas similares a que a Casa Ambiental planejava adquirir.

Na tarde, dando continuidade as visitas orientadas todos foram até a “MESA CRIOLLA”, a grosso modo, uma espécie de exposição. Em exibição havia vários produtos alimentícios uruguaios. Através do depoimento do pesquisador (5), pude constatar que neste local foram compartilhados diferentes tipos de experiências de todo país. Assim, *“ambas visitas aportaron conocimientos e información valiosa para las etapas que estamos recorriendo junto a productores y técnicos en la puesta en marcha de la planta de elaboración de envasados y del sistema de comercialización de los productos. Todo fue registrado y documentado en forma audiovisual, y el material se está procesando para difundirlo y aprovecharlo por todos en próximas instancias. Queremos agradecer al Laboratorio Tecnológico del Uruguay y en especial a Carlos Ayres por el recibimiento y trato recibidos”*.

No dia 24 de agosto de 2009 a Casa Ambiental recebeu a visita dos alunos de Geografia do Instituto de Professores Artigas (IPA) (APÊNDICE M). Mais de 100 alunos junto aos professores receberam palestras sobre as atividades que a ONG desenvolve e posteriormente sobre o Palmar de Butia capitata. Após essa breve atividade teórica os alunos e professores foram convidados a fazer uma visita monitorada ao interior da Casa Ambiental, para conhecer o Laboratório de produção de alimentos (planta). Também puderam provar diferentes produtos típicos produzidos pelos grupos de trabalhadores e após materiais audiovisuais de diferentes temáticas (Gipuai; Imagem do Leste; o Palmar Butia; Um Ecossistema em Extinção; Biodiversidade Nossa Riqueza Ameaçada; Povo e Cultura; Antigos Usos do Palmar Butia; etc) produzidos pela ONG foram entregues aos alunos e professores. Essa é uma maneira de divulgar o conhecimento e o trabalho que a ONG desenvolve.

5.1.4 O Programa de “Promoção do Desenvolvimento Sustentável para Grupos Sociais Frágeis do Departamento de Rocha (Uruguai) através da Produção e Comercialização justa de Produtos Naturais e a Formação de uma rede Social”

O programa “Promoção do Desenvolvimento Sustentável para Grupos Sociais Frágeis do Departamento de Rocha (Uruguai) através da Produção e Comercialização justa de Produtos Naturais e a Formação de uma Rede Social” é parte integrante das atividades que a ONG oferece aos seus freqüentadores. Como o nome já diz é direcionado a grupos sociais “frágeis” do Departamento de Rocha. Pelo que podemos constatar frágeis, no sentido de que aqueles sujeitos têm vontade, dignidade, capacidade, empreendedorismo, e o saber local para exercer algum tipo de atividade, no entanto, o que falta é a formação, capacitação, ou seja, o aprimoramento, a qualificação e certificação das técnicas, dos produtos, e também o apoio, suporte para iniciar algum tipo de atividade.

Criado em 2001, o programa, é alicerçado em dois eixos que é a “produção sustentável” e a “educação” e está direcionado principalmente a quem tem vontade de aprimorar seus conhecimentos e que integralmente também estejam motivados a desenvolverem ações que contribuam para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Este programa abrange várias partes do Departamento de Rocha, tais como, Coronilla, Castilhos, Valizas, Punta Del Diablo, Lascano, dentre outras localidades. Em um primeiro momento, este programa teve início na cidade de Castilhos e depois foi formando-se uma rede por todo o interior do Departamento de Rocha.

A principal finalidade do programa é atender a população mais carente do Departamento de Rocha, viabilizando possibilidades de desenvolvimento econômico e social através do uso sustentável dos recursos naturais. Segundo, o responsável técnico²¹ pela ONG, *“a partir da capacitação, educação e organização dos grupos melhora-se a qualidade dos produtos naturais que já eram fabricados e também acrescenta-se novos produtos para diversificar a comercialização”*.

²¹ Este trecho da entrevista está em português porque foi transcrito.

O programa tem como objetivos gerais:

a) Melhorar a qualidade de vida da população de Rocha (Uruguai), através da produção de produtos naturais e a sua comercialização;

b) Facilitar a participação da população (especialmente mulheres e jovens) nos processos de desenvolvimento sustentável, conservação ambiental e na tomada de decisões vinculadas a seus interesses, através da formação de uma rede de grupos;

c) Valorizar e proteger os ambientes e os ecossistemas, principalmente aqueles que estão vinculados aos seus recursos naturais.

Como objetivo específico o programa almeja melhorar a qualidade dos produtos naturais, seus processos produtivos e sua comercialização através da capacitação, assessoramento, assim como facilitar a participação da sociedade civil em políticas públicas.

Ao observar as atividades que a ONG desenvolve e através de conversas informais com pessoas que integram a ONG podemos perceber que esta busca identificar junto aos grupos de sujeitos, pessoas que no passado tenham algum tipo de experiência, ou seja, os saberes locais acerca de determinada função, como por exemplo: apicultores, agricultura orgânica, produtores de geléia, produtores de licores e vinhos, artesanato, dentre outros. E ao identificar esses potenciais a ONG oferece estrutura, ou seja, possibilidades através de seus projetos para que esses sujeitos possam qualificar suas ações e organizar os grupos. Assim, o pesquisador (2) nos relata que, *“como resultado de experiencias en el pasado los pobladores de la zona tienen experiencia en la producción de cultivos y elaboraciones alimenticias u ornamentales artesanales. Sin embargo la calidad de los mismos es deficiente. Este problema junto con las estrategias de comercialización inadecuadas y las dificultades de participación desde estructuras locales limitan el desarrollo sustentable de buena parte de la población”*.

Junto aos sujeitos participantes do programa as atividades aplicadas estão organizadas em quatro áreas de interesse:

1) Capacitação para a produção de produtos naturais de boa qualidade, incluindo o cultivo;

2) Capacitação para a comercialização justa e eficiente dos produtos naturais incluindo a venda no Uruguai e a eventual exportação;

3) Redes de ONGs e Grupos de Rocha, incluindo o intercambio interno, o fortalecimento de estruturas locais e a facilitação da participação em políticas públicas; Coordenação geral e atividades administrativas e de gestão.

Assim, um “PA” (1) do programa nos declara que *“todas las áreas del proyecto se articulan; los productores de materia prima con los productores que elaboran productos manufacturados y estos con los comerciantes a través de la gestión de Casa Ambiental en un principio, luego por la red de grupos y las estructuras locales fortalecidas y finalmente a través de autogestión. Algunos beneficiarios solo trabajan en un área del proyecto (p.ej. productores de materia prima o comerciantes) pero otros beneficiarios pueden involucrarse en mas de una actividad (p.ej. cultivos y productos elaborados a partir de esos cultivos o bien producción manufacturada y comercio). Considerando que algunos beneficiarios solo trabajan dentro de un área deben tenerse en cuenta que algunas actividades de diferentes áreas son similares (p.ej. identificación y organización de grupos) pero pueden involucrar diferentes beneficiarios y tienen diferentes contenidos. Todos los beneficiarios tienen posibilidades de relacionarse a través de la red y con las jornadas vinculantes previstas. También todos los beneficiarios pueden participar en las distintas etapas del proyecto (planificación, ejecución y evaluación) y hacia fuera del proyecto en las políticas temáticas de su interés”*.

Assim, descrevemos as três áreas onde se desenvolveram as atividades:

- Área 1 – Capacitação para a produção e elaboração de produtos naturais com qualidade certificada: as atividades desta área estão direcionadas a melhorar a qualidade dos produtos naturais locais, a aperfeiçoar o processo produtivo e a certificação dos produtos. Os produtos incluem: frutas, verduras e seus derivados, ervas aromáticas e medicinais, mel e lácteos artesanais, especialmente queijo, derivados da palmeira de butiá, incluindo a produção artesanal de: doces, molhos, geléias, sucos, licores. Também

destaca-se a produção artesanal de alguns produtos tais como: ornamentos para decoração e vestimentas (lã, croché, dentre outras). As principais atividades desta área envolvem a capacitação, o assessoramento técnico e o acompanhamento dos grupos.

- Área 2 – Capacitação e apoio para a comercialização justa e eficiente de produtos: segundo o pesquisador (1) esta área é bastante especial, pois, *“esta área ataca un aspecto que constituye con frecuencia un cuello de botella en las iniciativas de producción y que a menudo es responsable de fracasos: la comercialización. Una fuerte apuesta a las actividades de capacitación, apoyo y asesoramiento en comercialización a efectos de evitar el bloqueo económico en las estrategias de desarrollo sustentable”*.

- Área 3 – Formação de uma rede de grupos e organizações locais de Rocha: esta área é indicada a fomentar a participação dos grupos nas tomadas de decisões e assim fortalecer as estruturas locais. Segundo dados da ONG Casa Ambiental a participação de *“mujeres y los jóvenes, son en general actores sociales principales en las organizaciones comunitarias por lo que se estimulará especialmente su participación”*.

Os temas priorizados na formação dessa rede são:

- a) Problemas sociais e econômicos;
- b) Problemas ambientais;
- c) Temas sobre desenvolvimento sustentável e elaboração de produtos naturais;
- d) Comercialização alternativa;
- e) Valorização dos recursos naturais locais;
- f) Apoio, desenvolvimento e pesquisas sobre as culturas locais;
- g) Educação popular;
- h) Participação cidadã;
- i) Ruralidade e urbanismo;
- j) Gestão comunitária de fundos;

k) Produções editoriais e audiovisuais.

A estrutura de rede funciona na dimensão interna dirigida pelas próprias ONGs do Departamento de Rocha e em uma dimensão externa relacionando-se com outras redes similares do país e exterior. Assim, o pesquisador (1) *“se estimulará la participación y el relacionamiento necesario para incidir en las políticas temáticas de interés de los beneficiários”*.

5.1.5 A Dimensão Social, Econômica e Ambiental nos Projetos da Casa Ambiental

Ao cruzar os dados das observações-participantes com as entrevistas semi-estruturadas podemos avaliar que os projetos desenvolvidos dentro do espaço da ONG visam à dimensão social, econômica e ambiental, no caso, a conservação do meio ambiente, sustentabilidade local e biodiversidade: na medida em que se evita o desmatamento, respectivamente se está conservando a biodiversidade, o carbono, a qualidade de vida, dentre outros fatores. Assim nos afirmou o pesquisador técnico (2) que *“em la área que coordino se busca la participación equitativa de los diferentes grupos em las diversas actividades promoviendo la participación de representantes que luego trasmitan los conocimientos y vivencias logradas. Económicamente se prioriza a los sectores sociales de menores recursos em todas las actividades, y ambientalmente se incluyen módulos sobre médio ambiente. Todo esto se controla mediante monitoreos internos que van evaluando anualmente los logros y la evolución de los beneficiários mediante entrevistas”*.

Ainda destacando os projetos que contribuem também para os meios de vida sustentável da comunidade local, gerando renda, adequando o bem-estar das populações, em consonância com a preservação ambiental. São projetos de uso sustentável da biodiversidade. A Casa Ambiental, por intermédio de pessoas da própria região, está fazendo um diagnóstico das potencialidades ambientais da região. Nos declarou a pesquisadora (5) que *“la Ong Casa Ambiental tiene una amplia trayectoria em el área educativa como lo son acciones desarrolladas em el Dpto. de Rocha: talleres de educación ambiental em las diferentes escuelas del departamento, desfiles populares*

el día del medio ambiente, promoción de la participación de los jóvenes a través de elaboración de proyectos amigables con el ambiente, formación de jóvenes promotores (educadores) ambientales, etc. Pensando en grupos de emprendedores y/o productores también se ha capacitado y brindado asistencia técnica en varios rubros: lechería, apicultura, suinicultura, horticultura orgánica e integrada, higiene y elaboración de alimentos envasados, chacinería, panificación, chocolatería, elaboración de licores artesanales, comercialización, marketing aplicado, elaboración de proyectos, entre otros”.

Diferentes ações educativas da ONG tem como objetivo não somente a formação técnica específica dos participantes, mas também, buscam a inclusão social de “sectores marginados de la población (jóvenes, mujeres, niños, pequeños productores/as rurales, artesanos, etc.)”. Nas entrevistas realizadas aparecem que a participação ativa em diversas atividades possibilita a organização dos grupos que planejam e almejam seus próprios objetivos. Dessa maneira, podemos observar que os participantes vão buscando vias de execução de seus projetos, assim promovendo um sentimento de pertença a um coletivo, de confiança em si mesmos e nos demais, melhorando a auto-estima, entre outros aspectos.

Assim os participantes de diferentes grupos vão tecendo uma rede na comunidade onde participam gerando espaços de diálogos com outros atores sociais. Pois, os “*sentimientos de asilamiento, que frecuentemente se encuentra entre esta población marginada, comienzan a disminuir y en algunos casos a desaparecer. Las diversas actividades le generan una mejora en los exiguos ingresos económicos que en muchos casos no visualizaban antes de ingresar al proyecto. Ambas dimensiones la social y la económica les van posibilitando ascenso social y reconocimiento público.*

5.1.6 Sobre os conceitos de Meio Ambiente, Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

Em uma ONG ambientalista não poderíamos de deixar de observar e analisar os conceitos de Meio Ambiente, Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, já que, estes aparecem bem delimitados nas propostas, objetivos e ações nos programas

e projetos de formação e capacitação da CA. O pesquisador e técnico (3) nos afirmou que “*por Medio Ambiente entiendo que es todo lo que nos rodea, ya sea nuestra región, ciudad y barrio*”. Assim corroborando o que Seara Filho (1987) já havia descrito sobre o ambiente enquanto,

A totalidade do planeta e os elementos que o compõe: físicos, químicos e biológicos, tanto os naturais quanto os artificiais, tanto os orgânicos quanto os inorgânicos nos distintos níveis de sua evolução, até o homem e suas formas de organização na sociedade, onde a rede de inter-relações existentes entre estes elementos se encontra em estreita dependência e influência recíproca.” (SEARA FILHO, 1983, p. 42)

Notadamente, o que podemos constatar é que o conceito de Meio Ambiente encerra em seu contexto a representação social, como nos sugere Reigota (1997). Pois, sua definição vai se modificar dependendo da visão de cada sujeito, psicólogo, sociólogo, biólogo, técnico em telecomunicações, repórter, todos entendem o Meio Ambiente de acordo com sua visão de mundo. Assim o pesquisador (2) entende “*como Medio Ambiente es el entorno modificado o no em donde vive um determinado ser vivo. Em su definición más utilizada se refiere al entorno del ser humano*”.

Definir Educação Ambiental é falar sobre educação, dando-lhe uma nova dimensão: a ambiental, contextualizada e adaptada à realidade interdisciplinar, vinculada aos temas ambientais locais e globais (LEÃO & SILVA, 2004, p. 12). No entanto, o conceito de Educação Ambiental caracteriza definições que determinam ações na prática e no fazer Educação Ambiental. Assim, este novo enfoque ou dimensão busca,

A consciência crítica que permita o entendimento e a intervenção de todos os setores da sociedade, encorajando o surgimento de um novo modelo de sociedade, onde a preservação dos recursos naturais seja compatível com o bem-estar sócio-econômico da população”. (LEÃO & SILVA, 2004, p.12)

O pesquisador (3) nos relatou que a “*Educación Ambiental es el poder aprender a convivir en este medio ambiente en forma armoniosa para no que de esta forma podamos realizar un uso sustentable de los recursos, ya sean artificiales o naturales. Si logramos darnos cuenta de que somos parte de un ambiente donde convivimos no solo con personas sino que también con flora y fauna y podemos hacer un uso sustentable de todos esos recursos, nuestro Medio Ambiente será mejor trayendo*

consigo un mejoramiento de la calidad de nuestras vidas”. Já o pesquisador e técnico (2) nos afirmou que entende por “*Educación ambiental, la trasmisión planificada de conceptos y valores que promueven um conocimiento y um uso sustentáble del ambiente.*” Neste caso, podemos considerar que a ética é um conceito fundamental para as ações de Educação Ambiental. Segundo Reigota (1994),

A Educação Ambiental com educação política enfatiza antes a questão “por que” fazer do que “como” fazer. Considerando que a Educação Ambiental surge e se consolida num momento histórico de grandes mudanças no mundo ela tende a questionar as opções políticas atuais e o próprio conceito de educação vigente, exigindo-a, por princípio, criativa, inovadora e crítica. A ética ocupa um papel de importância fundamental na Educação Ambiental. [...] Nas relações sociais, a ética está muito pouco, ou quase nunca, presente. (REIGOTA, 1994, p. 10-11)

Na atualidade o conceito de Desenvolvimento Sustentável está na moda. Tanto na sociedade civil quanto nas instituições. O discurso mundial é a sustentabilidade planetária, já que, como dizia o antropólogo francês Lévi-Strauss “meu único desejo é um pouco mais de respeito para o mundo que começou sem o ser humano e vai terminar sem ele” (*apud*, PIZZINGA, 2009, p. 05) .

Assim, o conceito de Desenvolvimento Sustentável começa a ser pensado e teve sua aparição após a Conferência de Estocolmo (1972), mais precisamente no cenário dos anos 80, vem com toda a força pregando a satisfação das necessidades e aspirações das gerações presentes, sem comprometer a capacidade e aspirações das gerações futuras (Pedrini, 1998).

Contribuindo com esta perspectiva o pesquisador (2) nos relatou que por “*desarrollo sustentáble es el mejoramiento de la calidad de vida de la población actual utilizando los recursos naturales racionalmente, es decir, sin comprometer los recursos necesarios para la población futura*”.

Deste modo, a partir das observações e entrevistas realizadas com os pesquisadores e produtores de alimentos da Casa Ambiental podemos analisar que esta faz do desenvolvimento sustentável sua principal temática de ação e integração. Nos projetos e programas pesquisados podemos constatar que o principal objetivo é o desenvolvimento sustentável da comunidade local juntamente com a sustentabilidade dos recursos naturais. Assim, melhora-se a qualidade de vida da população e também a conservação da espécie da palmeira *Butia capitata* que é a matéria-prima mais utilizada na produção de alimentos no Laboratório da ONG.

5.1.7 A Sustentabilidade Local e a Conservação do Meio Ambiente

Como já nos referimos anteriormente a sustentabilidade local assim como a conservação do meio ambiente são conceitos-chave da ONG ambientalista, a Casa Ambiental. Os ambientalistas constituem um grupo variado, com idéias e ações que vão desde o conservacionismo “puro” até os que enxergam a questão ambiental mais ligada aos problemas sócio-econômicos (CASTRO & ABRAMOVAY, 1997, p. 27). Este é o caso da ONG pesquisada; a dimensão ambiental é pensada e contextualizada a partir dos problemas sócio-econômicos que também podemos considerar que estão interligados com os problemas ambientais. Castro & Abramovay (1997) vão nos dizer que é reconhecido hoje que,

[...] existem relações entre os problemas ambientais e a realidade social, econômica, política e cultural que conduziu a um novo enfoque, diferente da visão anterior (conservacionismo puro), visto que relaciona princípios ecológicos e humanitários, constituindo-se no eixo principal da conservação e nesta e para esta, o ser humano. (CASTRO & ABRAMOVAY, 1997, p. 27)

Desse modo, ao analisar os dados das entrevistas semi-estruturada elaboradas junto aos pesquisadores e técnicos podemos observar que, os eixos temáticos que dão origem as ações da ONG da Casa Ambiental estão interligados, ou seja, a sustentabilidade local promove a conservação do meio ambiente. Assim nos informou o pesquisador (2) *“La promoción y desarrollo de formas de aprovechamiento ambientalmente sustentables de La Palma Butiá em particular y del Palmar en general, significará indefectiblemente un gran paso hacia su conservación. Parece bastante claro que cuando algo nos sirve, queremos conservarlo”*.

Dentro do espaço da ONG foram elaboradas pautas básicas de coleta de matéria-prima para a elaboração dos produtos oriundos da palmeira de Butia *capitata*. Portanto, uma coleta racional dos frutos, seguindo os conceitos de desenvolvimento sustentável e conservação dos recursos naturais. Sendo assim,

Este pequeño manual es seguido por los elaboradores de planta que vienen utilizando frutos de la Palma Butiá [...]. Por otra parte, el mejoramiento permanente de los productos salidos de la planta de elaboración requiere tener en cuenta algunos cuidados en la calidad de la materia prima que es

utilizada. Estas directivas pretenden ser una herramienta dinámica que se deberá ir adaptando a las condiciones ecológicas y a los estados de conservación de la especie. Busca, además, a largo plazo ser parte de las bases para un plan de conservación de la Palma Butia que incluya un aprovechamiento sustentable de éste recurso natural en peligro de extinción. (GEYMONAT & ROCHA, 2008, p. 259)

De acordo, com os dados da ONG segue abaixo as recomendações para a coleta sustentável de Butia para ser utilizado no Laboratório de produção de alimentos (Planta) da Casa Ambiental:

1. Não devem ser coletados os frutos de Butia em locais transitáveis, como, rodovias, centros urbanos, aonde existem contaminação com produtos tóxicos derivados dos motores de veículos;
2. A coleta em campos privados, só será permitida perante acordo com o proprietário da terra;
3. Será selecionada aquelas palmeiras que tem bom estado sanitário, evitando aqueles exemplares que mostram sinais de deterioro ou doença;
4. Não será permitido extrair a totalidade dos frutos das palmeiras de uma área determinada. E sim, procurar buscar que toda a área de extração e que cada exemplar de palma permaneçam com frutos para uma eventual regeneração;
5. Procurar evitar a coleta de frutos em predios públicos, especialmente daquelas áreas que mostram sinais de regeneração (exemplares jovens);
6. O corte do cacho de Butia será realizado com ferramentas apropriadas evitando o mal trato;
7. Posteriormente, a utilização da polpa do fruto, se evitará disseminar os restos (endocarpo e sementes) em áreas geográficas diferentes as de origen.

Dessa forma, podemos perceber a preocupação com a qualidade na produção dos alimentos que geram a sustentabilidade local e com isso a conservação do meio ambiente.

5.1.8 A Casa Ambiental enquanto Espaço Político-Participativo

Ao analisar os dados das entrevistas podemos notar que a Casa Ambiental é considerada por seus pesquisadores e técnicos como sendo um espaço político-participativo. Pois, é através da capacitação, educação e organização dos grupos que se busca melhorar a participação da sociedade civil em políticas públicas que vincule a produção, o comércio justo, o ambiente, e o desenvolvimento da população. Assim, o Pesquisador (2) afirma que a *“Casa Ambiental no es um espacio político partidário, pero si es político participativo, pues se busca apoyar a la población para que ejerza sus derechos y disponga de autonomía. La presentación de una carta abierta a los gobernantes y legisladores y la presentación de propuestas para la conservación del palmar y su declaración de patrimonio de La humanidad son algunos ejemplos”*.

Reigota (1994) alega que é essencial que os cidadãos insistam para que se tomem medidas de apoio a um tipo de crescimento econômico que não tenha repercussões nocivas sobre a população e que não deteriore seu meio nem suas condições de vida. Desse modo, é que os pesquisadores e produtores de alimentos (beneficiários dos projetos) da CA participam ativamente de todas as etapas dos projetos e ações. De acordo, com o cronograma de trabalho são estabelecidas reuniões, palestras e atividades em grupos (APÊNDICE N) para que os sujeitos possam dar suas sugestões e contribuições de maneira a dar prioridade às necessidades que afetam os grupos. Assim, o Pesquisador (1) declara que a *“Casa Ambiental, como organización y su inserción en el medio debe manejar diversas políticas de acción que satisfaga de alguna manera las necesidades que muchos pobladores lo requieren”*.

Portanto, todos os êxitos dentro do espaço da ONG Casa Ambiental foram alcançados devido à participação de todos os integrantes. Nas palavras de Geymonat & Rocha (2009),

La localización y El diseño de la planta, la elaboración de un reglamento de uso y el mecanismo de representación para la toma de decisiones, se definieron colectivamente junto a productores y elaboradores. Se generó así un documento que marca las pautas de uso e gestión de las instalaciones. A su vez, la Intendencia Municipal de Rocha, el L.A.T.U., junto a técnicos de Casa Ambiental, brindaron todo el asesoramiento técnico necesario para alcanzar este sueño largamente esperado por todos: Una planta de elaboración de alimentos con calidad certificada. (GEYMONAT & ROCHA, 2009, p. 247)

5.2 Os Produtores/as de Alimentos (Beneficiários)

Foram entrevistados três sujeitos que participaram dos projetos de formação e capacitação que a Casa Ambiental desenvolveu. Dois foram beneficiários do programa de “Promoção do Desenvolvimento Sustentável para Grupos Sociais Frágeis do Departamento de Rocha (Uruguai) através da Produção e Comercialização justa de Produtos Naturais e a Formação de uma Rede Social” e um do projeto PROIMUJER – curso de Tambo e Ganaderia.

Os resultados das entrevistas com os produtores de alimentos foram categorizados de acordo com os temas apresentados nesta seção. Para contribuir com a análise e interpretação, também foram incorporadas aos temas aqui apresentados, as observações-participantes.

5.2.1 Da Técnica a Prática: A Formação nos Projetos de Capacitação

Os projetos de formação e capacitação²² são desenvolvidos por técnicos do L.A.T.U. e técnicos da Casa Ambiental. Toda a população do Departamento de Rocha que tiver o interesse de se capacitar pode fazer uso do laboratório de produção de alimentos (planta). As pessoas são convidadas a participar dos projetos através dos meios de comunicação, tais como, programas de rádio, televisão, folderes e o popularmente conhecido boca-a-boca, pois uma pessoa vai convidando a outra. Assim a PA (2) nos declarou que *“faz quatro anos que participo dos projetos da CA, não comecei desde o início junto com todas outras. Me integrei a CA quando começou o projeto da elaboração da planta (Laboratório de elaboração de alimentos), fiz o curso, e depois nos levaram (um grupo) a Trienta y Tres para ver uma planta de elaboração de alimento, e a partir daí, trouxemos o desenho da planta, e demos partida a construção da nossa.”*

A formação e capacitação inclui cursos teóricos e práticos sobre normas, requerimentos e procedimentos para obter produtos de qualidade. Ao término dos projetos e cursos são entregues os certificados de conclusão e aproveitamento (APÊNDICE O).

Os/as beneficiários/as dos projetos trabalham em todas as etapas do processo produtivo (APÊNDICE P), incluindo, desde a coleta da matéria-prima nas palmeiras, depois a triagem de seleção, lavar, cozinhar, triturar até obter uma polpa homogênea, após o envasamento e etiquetagem do produto. Segundo dados da CA existem atualmente 150 artesanos capacitados e organizados para elaborar os produtos típicos da palmeira butia. A PA (1) nos informou que *“para nós pudermos participar fizemos um curso com o LATU de três meses, também fizemos um curso promovido pela intendência, pois necessitávamos da etiqueta verde para venda. A CA também nos deu um curso de produção de bombons, as vagas eram limitadas, porém, éramos divididos em grupos de quatro pessoas, e cada uma do grupo tinha o direito de participar do curso, e depois no final, tínhamos o dever de passar esse conhecimento para as outras*

²² Ver neste trabalho itens 5.1.2, 5.1.2 e 5.1.3 nas páginas 56, 59,62.

companheiras de grupo. Depois do curso de bombons, a CA promoveu um curso de produção de licores, e este sim, as vagas eram ilimitadas, podíamos participar todas”.

No ano de 2009 foi implementado um curso intensivo de 4 meses capacitando um grupo misto de 20 pessoas para serem incluídos no mercado de trabalho em tambos e com peões rurais. Assim, esta experiência, *sentó antecedentes en la Ong con un programa de financiación nacional como lo es PROIMUJER el que busca la inserción fundamentalmente de la población femenina y a su vez trabaja con sectores marginados de la población en donde fue necesario contar con un equipo psicosocial que los pudiera sostener y orientar a los/las participantes para lograr armar su propio Proyecto Ocupacional.* Ao finalizar este curso, a CA continua monitorando e apoiando o grupo pro um período de 2 anos, ou seja, até novembro de 2011.

5.2.2 O Laboratório de produção de alimentos da CA

O laboratório de produção de alimentos nº 428 da Casa Ambiental fica localizado na sede da ONG, ruta 9, Km 270,5 – Castilhos (Rocha-Uruguai). Este laboratório possui boas condições de funcionamento para a produção de alimentos. Todo o espaço foi planejado a partir de ações conjunta com os/as (beneficiários/as) dos projetos de formação e capacitação.

O processo de confecção deste laboratório foi lento e gradual, pois tudo foi pensado levando em consideração a sustentabilidade e qualidade (melhoramento dos produtos) já elaborados através do saber local pela comunidade. A produtora de alimento (1) nos afirmou que *“esta planta contiene maquinaria de punta e condiciones sanitárias óptimas, fue construida con apoyo económico de la Unión Europea em el marco del proyecto ejecutado por Casa Ambiental de Castilhos.”*

O laboratório de produção de alimento da Casa Ambiental (APÊNDICE Q) funciona de maneira coletiva, ou seja, esta a disposição dos grupos que formaram-se e capacitaram-se dentro do espaço da ONG ambientalista. Algumas normas de uso foram criadas para que este tenha certificado de boa qualidade. E por se tratar de um bem

coletivo para que todos cuidem da estrutura, para que esta se mantenha limpa e em perfeitas condições de funcionamento. Estas normas representam,

El Manual de Buenas Prácticas en Manufactura ES un paso importante hacia el objetivo de mejorar la calidad de los procedimientos de elaboración. Se aplica en la planta para la transformación de frutas y hortalizas en dulces, y conservas. Contribuye a capacitar a los usuarios en buenas prácticas de manipulación e higiene. Este es un insumo para comprender e implementar una política de control de calidad y para agregar un plus diferencial de comercialización tanto en la venta actual como en la apertura de nuevos mercados. (GEYMONAT & ROCHA, 2008, p. 254-255)

A entrevista da PA (2) nos confirmou que *“quando começamos, eu nem sabia o que era fazer uma marmelada, nem sonhava como se fazia, mas quando começou a parte prática, ai foi ficando bem melhor. A técnica responsável passava todo o dia conosco, e nos explicava e explicava E ai aprendemos muito mais, no início foi muito duro, porque tínhamos que aprender muitas regras de higiene, a técnica dizia, que limpem os pés, que lavem as mãos a cada 5 minutos, que não se esqueçam de botar o chapéu, o avental, a roupa, que limpe e lixem as unhas. Assim, ao princípio nos custo muito, porque às vezes nos esquecíamos de fazer algo, mas a técnica sempre estava ali ... falando e as mãos meninas.... Não é igual que a nossa casa que nos lavamos uma vez só e ta. No início foi muito difícil mesmo, nos chateávamos, quanto a cobrança da técnica quanto a higienização. Mas aos poucos começamos a nos acostumar . Outro dia a técnica nos visitou, porque não nos deixam sós, há um monitoramento por parte da CA, e a técnica disse: viu como aprenderam.*

A partir da análise dos dados podemos notar que a finalidade deste empreendimento (planta) era de melhorar os produtos naturais típicos dessa região e também de gerar novos produtos para dinamizar uma comercialização mais justa e fluída. Nas palavras de Geymonat & Rocha (2008),

A tales efectos se han encaminado una serie de acciones conjuntas com elaboradores, Ongs locales, y com apoyo de Intendencia Municipal de Rocha y otras organizaciones, de forma de aunar esfuerzos y recursos con el propósito de rescatar los saberes locales y de incorporar la tecnología apropiada que permita desarrollar, adecuar y/o mejorar productos de buena calidad para pequeña producción artesanal. [...] Los productores, equipos y tecnología implementadas son transferidos a estos grupos de elaboradores de modo que puedan ser replicados por ellos, promoviendo así la mejora de sus productos y colaborando al desarrollo económico local sustentable de esta población.” (GEYMONAT & ROCHA, 2008, p. 250)

Portanto, de acordo com dados do L.A.T.U. com a união do saber local e a inclusão da tecnologia de produção teve-se êxito no aprimoramento dos produtos típicos elaborados da palmeira *Butia capitata* (APÊNDICE R):

- Dulce de Corte: produto com características similares ao doce de batatada ou goiabada.
- Mermelada: Produto pastoso a base de polpa triturada de butia.
- Salsa tipo topping: Produto para o consumo, decoração e acompanhamento de sobremesas e sorvetes.
- Helado artesanal de Butiá: Produto a base de um creme branco com polpa de butia triturado, com ou sem a fibra própria do butiá.
- Salsa agridulce para carnes: Produto viscoso e agridoce a base da polpa triturada de butiá.
- Pulpa para yogurt bebible: Produto a base de polpa de butia triturada.
- Almendras de butiá para snacks: Produto torrado a base de amêndoas que contem no coquinho do butia, com ou sem sal.
- Licores del butiá: bebida alcoólica a base do butiá.

5.2.4 O apoio e monitoramento da CA

Ao realizar as observações durante algumas das atividades nos projetos podemos considerar que a CA trabalha visualizando a auto-gestão desses grupos, ou seja, oferece cursos de formação, capacitação, organiza os grupos de trabalho, fornece o laboratório de produção de alimentos (planta), mas todas estas etapas almejando que mais tarde estas pessoas vão poder trabalhar com mais autonomia e segurança em seus próprios locais de venda (APÊNDICE S) ou até mesmo em empresas de grande porte em Montevideo²³. A PA (2) nos declarou que *“foi muito lindo a aprendizagem e a*

²³ Na entrevista da PA (3) foi informado de que uma de suas amigas que tinha feito o curso de “Tambo e Ganaderia” estava trabalhando em uma empresa de Laticínios em Montevideo de carteira assinada. A PA (2) nos informou que antes de fazer os cursos de formação e capacitação que a CA oferece ela era diarista

experiência, por parte há muito apoio da CA, mesmo depois da formação da cooperativa a CA continua nos apoiando. Nos orientam com relação a venda dos produtos e todo o processo. Mas quando nos sentimos meio perdidas, que não sabemos o que fazer, chamamos eles (CA), que nos reúnem, nos apóiam e nos orientam quanto a resolução e solução dos problemas. Inclusive a venda dos produtos para fora de Castilhos, os contatos quem conseguiu, foi a CA. Os contatos para a compra de matéria-prima mais o preço de custo (ex. chocolate para os bombons) em Montevideo também foi a CA. Sempre nos acompanham e nos apóiam, e o apoio é muito, pois quem vai nos dar um Laboratório de elaboração de alimentos (Planta) para trabalhar... ninguém!!! Inclusive os contatos para vender e todo esse processo”.

Ao término do programa “Promoção do Desenvolvimento Sustentável para Grupos Sociais Frágeis do Departamento de Rocha (Uruguai) através da Produção e Comercialização justa de Produtos Naturais e a formação de uma rede Social” se consolidou uma cooperativa de produtores de alimentos, Cooperativa de Produção do Palmar”. De acordo, com a PA (1) *“a cooperativa está integrada por productores/as de las localidades de Rocha y Castillos la que comercializa bajo la marca “El Brocal”(APENCIDE T) en supermercados de los departamentos de Rocha, Maldonado y Montevideo. Participa de diferentes ferias departamentales y nacionales teniendo como emblema los productos derivados del butiá: dulce de corte, mermelada, salsa tipo chutney, bombones, licores y papel”.*

Como desdobramentos das atividades da Casa Ambiental, que continua dando apoio e monitoramento, foi fundada uma ONG na zona norte do Departamento de Rocha, “Sabores Artesanales” que gestiona e administra o laboratório de alimentos (planta) instalada, com o financiamento do mesmo projeto²⁴ na junta local de Lascano. Também foi formada uma rede social de grupos e instituições. Segundo dados da CA, se encontram aderidos atualmente mais de 50 grupos.

doméstica de muitas casas, e que agora após os cursos, ela pode ficar só de doméstica em uma das casas. E demais, vende seus produtos de marca própria registrada em seu local de venda.

²⁴ Programa de Promoção do Desenvolvimento Sustentável para Grupos Sociais Frágeis do Departamento de Rocha (Uruguai) através da Produção e Comercialização justa de Produtos Naturais e a formação de uma rede Social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho foi bastante desafiante por se tratar de uma pesquisa em outro país, o Uruguai. Um aspecto relacionado a esse fator é a dificuldade de deslocamento e agendamento das atividades de coleta de dados. O deslocamento a outro país sempre gera alguns tramites burocráticos, como é o caso da “Carta Verde” seguro do MERCOSUL, que permite a nossa permanência por determinado período²⁵.

Outro aspecto que não pode ser omitido foi à dificuldade de encontrar os sujeitos da pesquisa, já que, muitos são pequenos trabalhadores rurais, artesãos, produtores de alimentos que estão ocupados/as em suas atividades. Mas também, gostaríamos de destacar e agradecer a hospitalidade daqueles que puderam nos receber em suas próprias casas e contribuíram de maneira significativa com a pesquisa.

Não houve nenhuma dificuldade ou barreira por parte dos responsáveis pela ONG Casa Ambiental, muito pelo contrário, todos os caminhos foram abertos. Os responsáveis (pesquisadores e técnicos) pela CA foram observados em suas atividades e também entrevistados. Esse aspecto mostra a pré-disposição dessas pessoas para receber uma estrangeira em seu local de trabalho para fazer um estudo acerca da ONG.

No decorrer desta dissertação, buscamos analisar os projetos de formação e capacitação que a ONG Casa Ambiental oferece aos seus frequentadores para verificar em que medida se desenvolve práticas orientadas a sustentabilidade local e a educação ambiental. Como objetivos específicos: investigamos o cenário onde se inserem as organizações não-governamentais ambientalistas; Após verificamos como um processo

²⁵ De acordo com os dias solicitados de permanência no Uruguai, é o valor do documento.

não-formal de Educação Ambiental pode proporcionar a integração da comunidade local com a ONG Casa Ambiental e o seu modo de vida, por meio da organização do trabalho alternativo; E também analisamos brevemente o contexto das políticas públicas ambientais no Uruguai para entender os desdobramentos dos conceitos de meio ambiente, desenvolvimento sustentável e educação ambiental.

Nesse sentido, a problemática da pesquisa nos levou a questionar: em que medida a Casa Ambiental desenvolve práticas orientadas à sustentabilidade local, bem como à educação ambiental?

A investigação, de cunho teórico, visou à identificação e análise do contexto das organizações não-governamentais ambientalistas, ou seja, onde elas entram em cena. Para isso, foi feito um tópico contendo uma análise do olhar antropológico sobre a relação ser humano e ambiente. Após uma retomada teórica sobre o processo histórico de formação do movimento ambientalista e o terceiro setor: as organizações não-governamentais.

Pelo fato da pesquisa ser realizada em outro país, sentimos a necessidade de apresentar o contexto das políticas públicas ambientais no Uruguai para entender os desdobramentos dos conceitos e das ações referentes ao meio ambiente, desenvolvimento sustentável e educação ambiental. Avaliamos a Constituição do Uruguai e a lei nº 17.283 de Proteção do Meio Ambiente, sabemos que para se tratar de políticas públicas ambientais no Uruguai este estudo é insuficiente, porém, fez-se pertinente. Pois, foi estudando a (Constituição e a Lei de Proteção ao Meio Ambiente) que podemos constatar que a temática ambiental no Uruguai sobre de fragmentação institucional, ou seja, cada instituição ordena a política e as ações ambientais que entendem necessárias²⁶.

Também, não poderíamos de deixar de ressaltar que foi ao pesquisar a Constituição e a Lei de Proteção ao Meio Ambiente que podemos notar uma ação integrada. Essa ação integrada é a criação da “**Rede de Educação Ambiental para o Desenvolvimento Humano Sustentável**” que é um acordo Interinstitucional entre o

²⁶ Alguns exemplos de instituições que tem a política ambiental específica onde a educação ambiental é uma delas: a *Dirección Nacional de Medio Ambiente*, o *Ministerio Del Medio Ambiente* que tem suas próprias definições (água e saneamento, ordenamento territorial, áreas protegidas, dentre outras), *Ministerio de Ganaderia*, as Intendências dos Departamentos, dentre outras. (www.mvotma.gub.uy)

Ministério de Educação e Cultura (MEC), Ministério de Habitação, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente, Administração Nacional de Educação Pública (ANEP) e Universidade da República Oriental do Uruguai (UdelaR).

Assim, essa rede tem como objetivo gerar um espaço institucional de encontro, programação e atuação coordenada de todas as instituições que desenvolvem atividades de Educação Ambiental no Uruguai, atuando o Ministério de Educação e Cultura como ponto central da mesma em consistência com a Política Nacional Ambiental.

A pesquisa de campo foi direcionada aos pesquisadores, técnicos e produtores de alimentos (beneficiários) dos projetos de formação e capacitação da ONG Casa Ambiental de Castilhos – Uruguai.

Nesta parte do trabalho, retomamos aspectos suscitados no estudo. Os resultados indicam que a ONG Casa Ambiental atua a mais de 10 anos nas áreas de pesquisa, conservação dos recursos naturais, desenvolvimento sustentável e educação ambiental, em diferentes ecossistemas no Uruguai. Suas atividades estão destinadas aos setores mais pobres do Departamento de Rocha, mais exatamente da cidade de Castilhos e seus arredores, promovendo a possibilidade da sustentabilidade local a partir do uso sustentável dos recursos naturais.

Desse modo, viabiliza-se a melhoria da qualidade de vida dessa comunidade, pois envolve a formação, capacitação e organização dos grupos. Os resultados indicam também que para a Casa Ambiental, a prática da educação ambiental está intensamente ligada à sustentabilidade da comunidade local, juntamente com a conservação do ambiente e seus recursos naturais. Assim, conclui-se que como um processo de educação ambiental não-formal pode proporcionar a integração da comunidade local com uma ONG e o seu modo de vida através da organização do trabalho alternativo.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARENHO, C. P. *Saber Local e Educação Ambiental: Parcerias Necessária no Processo de Inserção na Maricultura Familiar na Ilha dos Marinheiros – Rio Grande/RS*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2008.

CARVALHO, I. C. de M. *Educação Ambiental: A Formação do Sujeito Ecológico*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CASA AMBIENTAL. Disponível em: <<http://www.casaambiental.org>>. Acessado em: 03 de março de 2008.

CASTRO, M. G & ABRAMOVAY, M. *Gênero e Meio Ambiente*. São Paulo: Cortez, 1997.

CHARTIER, R. *O Mundo como Representação*. In: Revista Estudos Avançados. v. 11, nº. 5, 1991.

CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI. Disponível: <www.uhernandez.depolitica.com.br>. Acessado em: 10 de agosto de 2008.

CRUZ, D. *Ciências e Educação Ambiental* (de 5ª a 8ª série). São Paulo: Ática, 2000.

FOLADORI, G. & TAKS, J. *Um Olhar Antropológico sobre a Questão Ambiental*. In: Revista Maná, n.10, v. 2, 2004.

FONSECA, S de M. *Movimento Ambientalista e Desenvolvimento Sustentável: um Breve Histórico*. Acessado em: <<http://www.ecoeco.org.br>>. Acessado em: 28 de maio de 2008.

GEYMONAT, G. & ROCHA, N. (Org.). *M'Botiá: Ecosistema Único en el Mundo*. Montevideo: Casa Ambiental, 2009.

GONÇALVES, E. P. *Iniciação a Pesquisa Científica*. Campinas: Alínea, 2001.

GOUVÊA, M. S. P. *O Movimento Ecológico e suas Origens*. Trabalho Apresentado para a Disciplina de Políticas Públicas Ambientais. Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes. Minas Gerais. Disponível em: <static.recantodasletras.com.br/arquivos/581557.doc>. Acessado em: 28 de maio de 2008.

LEÃO, A. C. & SILVA, L. M. A. *Fazendo Educação Ambiental*. 6ª. Ed. Rev. Atual. Recife: CPRH, 2004.

LEIS, H. R. & D'AMATO, J. L. O Ambientalismo como Movimento Vital: Análise de suas Dimensões Histórica, Ética e Vivencial. In: CAVALCANTI, C. (org.) *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*. São Paulo: Cortez, 1998.

LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

MENESCAL, A. K. *História e Gênese das Organizações Não Governamentais*. In: Organizações Não Governamentais: Solução ou Problema / Hebe Signorini Gonçalves (org.), 1º ed., São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

MINAYO, M. C. de S. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1992.

MINAYO, M. C. de S. (org.). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORAES, R. *Mergulhos Discursivos: Análise Textual Qualitativa Entendida como Processo Integrado de Aprender, Comunicar e Interferir nos Discursos*. In: Metodologias Emergentes de Pesquisas em Educação Ambiental. Ijuí: UNIJUÍ, 2005. p. 85-114.

MORIN, E. *Introducción al Pensamiento Complejo*. Barcelona: Gedisa, 2007.

MORIN, Edgar. *O método5: a humanidade da humanidade*. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. O Bioma Pampa. <Disponível em: www.mma.gov.br>. Acessado em: 03 de julho de 2008.

MOSCOVICI, S. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MVOTMA – Ministério de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente. *Lei n.º. 17.283 – Proteção do Meio Ambiente*. Disponível em: <www.mvotma.gub.uy>. Acessado em: 10 de agosto de 2008.

MVOTMA - Ministério de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente. *Ata de acordo interinstitucional de Criação da Rede Nacional de Educação Ambiental para o Desenvolvimento Humano Sustentável*. Disponível em: <www.mvotma.gub.uy>. Acessado em: 10 de agosto de 2008.

OLIVEIRA, O. A. & TAGLIANI, C. R. *O Patrimônio Arqueológico no Extremo Sul do Brasil: Importância, Impactos e Alternativas para a Preservação*. In: Encontro Latino-Americano de Geografia, 2009.

PEDRINI, A. G. (org.). *Educação Ambiental: Reflexões e Práticas Contemporâneas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PIZZINGA, R. D. O Pensamento de um Antropólogo Genial. Disponível em: <<http://svmmvmbonvm.org>> Acessado em: 05 de fevereiro de 2009.

REIGOTA, M. *O que é Educação Ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REIGOTA, M. *Meio Ambiente e Representação Social*. 2º ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ROOSEVELT, A. O Povoamento das Américas: O Panorama Brasileiro. In: TENÓRIO, M. C. (org.) *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

SAUVÉ, L. *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Uma análise Complexa*. Disponível em: <www.serrano.neves.nom.br/MBA_GYN/edsoc10.pdf>. Acessado em: 16 de outubro de 2008.

SCOTTO, G. et. al. *Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

SEARA FILHO, G. *Apontamentos de Introdução à Educação Ambiental*. In: Revista Ambiente, São Paulo, v. 1, N. 1., P.40-44, 1987.

SILVREMAN, D. *Interpretação de Dados Qualitativos: Métodos para Análise de Entrevistas, Textos e Interações*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOUZA, M. da G. de. *Contribuições de um Programa Educativo de uma Organização Não-Governamental (ONG) para a Prática de Educação Ambiental na Conservação da Biodiversidade*. Dissertação de Mestrado apresentada a Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo para a obtenção do Título de Mestre em Engenharia Ambiental, 2005.

SUA PESQUISA. COM. Disponível em: www.suapesquisa.com/arqueologia. Acessado em: 03 de março de 2008.

THAINES, E. *Educação ambiental: abordagens em educação na prática ambientalista das organizações não governamentais*. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo para a obtenção do Título de Mestre em Educação, 2006.

THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VILLASANTE, T. R. *Sujetos em Movimiento: Redes y Procesos Creativos em La Complejidad Social*. Montevideo: Nordan-Comunidad, 2002.

VIOLA, E. J. O Movimento Ambientalista no Brasil (1971-1991): da Denúncia e Conscientização Pública para a Institucionalização e o Desenvolvimento Sustentável. In: GOLDENBERG, M. (org.) *Ecologia, Ciência e Política*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

VIOLA & LEIS, H. R. Desordem Global da Biosfera e Nova Ordem Internacional: o Papel Organizador do Ecologismo. In: LEIS, H. R. *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido do participante

Nome Sr. (a) _____

Idade: _____ Sexo: _____ Naturalidade _____

Domiciliado em: _____

De profissão: _____,

foi informado detalhadamente sobre a pesquisa intitulada “Sustentabilidade Local e Educação Ambiental: Um Estudo Etnográfico da ONG Casa Ambiental em Castilhos, Uruguai”.

O (a) Sr. (a) foi plenamente esclarecido da conversa que compõe esta pesquisa, estará participando de um estudo de cunho acadêmico, que tem como objetivo analisar os projetos de formação e capacitação que a ONG Casa Ambiental oferece ao seus freqüentadores para verificar em que medida os grupos desenvolvem práticas orientadas a sustentabilidade local e a educação ambiental. Foi esclarecido ainda que, por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, o (a) Sr. (a) não terá direito a nenhuma remuneração. A participação na pesquisa não incorrerá em riscos ou prejuízos de qualquer natureza.

A coleta de dados para a pesquisa foi desenvolvida através de entrevistas semi-estruturada com roteiro pré-estabelecido, garantindo a privacidade e a confidência das informações e foi realizada pela mestrandia Cláudia Adriana Rocha Teixeira, sob a orientação do prof. Dr. Humberto Calloni.

Rio Grande (RS) _____ de _____ de 2009.

Assinatura (de acordo)

Participante do Estudo

APÊNDICE B - Termo de autorização do uso de imagem

Eu, _____, abaixo assinado, concedo dar livre utilização, direitos sobre a minha imagem e som da minha voz à (Cláudia Adriana Rocha Teixeira, projeto “Sustentabilidade Local e Educação Ambiental: Um Estudo Etnográfico da ONG Casa Ambiental em Castilhos, Uruguai” vinculado a Universidade Federal do Rio Grande – FURG, para a gravação de vídeo e áudio, autorizando conseqüentemente e universalmente, sua utilização em toda e qualquer veiculação, distribuição e exibição da obra audiovisual, por todo e qualquer processo ou meio de comunicação.

Assinatura

Data: ___/___/___

Nome completo: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

CI ou CPF: _____

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista semi-estruturada aplicada junto dos pesquisadores e técnicos ambientalistas da ONG “Casa Ambiental”

Parte I – Identificação

Nome:

Idade:

Sexo:

Formação: () ensino primário
() ensino secundário
() ensino superior

Profissão:

Parte II

- 1) Você é pesquisador, técnico ou militante da ONG “Casa Ambiental”? Qual seu tipo de vínculo e que atividades desenvolve?
- 2) Qual é a filosofia da “Casa Ambiental”?
- 3) Na sua opinião, como se dá o processo de integração da “Casa Ambiental” com à comunidade local?
- 4) Quais eram os critérios para a escolha dos participantes dos projetos?
- 5) Fale um pouco do (s) projeto (s) de formação e capacitação e das ações e atividades que a Casa Ambiental desenvolve com a comunidade local? E como você avalia a sua participação nos projetos?
- 6) Fale do Programa de “Promoção do Desenvolvimento Sustentável para Grupos Sociais Frágeis do Departamento de Rocha (Uruguai) através da Produção e Comercialização justa de Produtos Naturais e a formação de uma rede Social”?
- 7) De que maneira a dimensão social, econômica e ambiental estão sendo consideradas e atendidas dentro dos projetos de formação e capacitação?
- 8) Enquanto, pesquisador, técnico, militante, e membro de uma ONG ambientalista, o que você entende por Meio Ambiente, Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável?
- 9) A “Casa Ambiental” visa à sustentabilidade local juntamente com a conservação do ambiente e seus recursos naturais, fale um pouco sobre isso?
- 10) A “Casa Ambiental” é um espaço político-participativo? () sim () não, e se sim que políticas são essas?

Muito obrigado.

Suas Respostas vão contribuir muito para o desenvolvimento da pesquisa!

APÊNDICE D - Roteiro de entrevista semi-estruturada aplicada junto dos produtores de alimentos da cidade de Castilhos – Uy que participam ou participaram dos projetos de formação e capacitação da ONG “Casa Ambiental”.

Parte I – Identificação

Nome:

Idade:

Sexo:

Formação: () ensino primário
() ensino secundário
() ensino superior

Profissão:

Parte II

- 1) Você participa, conhece ou já ouviu falar da ONG “Casa Ambiental”?
- 2) Qual seu tipo de vínculo e o que aproximou você dessa ONG ambientalista?
- 3) Você já participou de algum curso ou projeto de formação e capacitação dentro da ONG “Casa Ambiental”? *dependendo da resposta* descreva como se deu esse processo?
- 4) O que levou você a participar dos projetos de formação e capacitação? Alguma necessidade em particular?
- 5) Alguma coisa mudou no seu dia-a-dia depois da participação nos projetos da ONG Casa Ambiental?
- 6) Com que frequência a Casa Ambiental tem monitorado e assessorado o trabalho de vocês? O que vocês acharam desse acompanhamento?
- 7) A “Casa Ambiental” possibilita algum tipo de inserção de alternativas de renda a comunidade local?
- 8) Que tipo de ações ou atividades você desenvolve junto da Casa Ambiental?
- 9) A “Casa Ambiental” é um espaço participativo, aonde você pode dar suas sugestões, opiniões, alternativas nas soluções dos problemas socioambientais?
- 10) Há problemas socioambientais em sua região? Quais?

Muito obrigado.

Suas Respostas vão contribuir muito para o desenvolvimento da pesquisa!

APÊNDICE E – As Observações Participantes e vivencias realizadas



APÊNDICE F – As entrevistas e vivencias realizadas

APÊNDICE G – Localização da área de pesquisa

APÊNDICE H – Casa Ambiental (ONG) abordada no estudo

APÊNDICE I – Cursos e projetos de formação e capacitação





APÊNDICE J – Pesquisando e Conhecendo a Biodiversidade



APÊNDICE K – Visita monitorada do Liceo da Coronilla a Casa Ambiental



APÊNDICE L – Visita da Casa Ambiental ao L.A.T.U e a Mesa Criolla



APÊNDICE M – Visita monitorada do IPA (Instituto de Professores Artigas) a Casa Ambiental



APÊNDICE N – Palestras, reuniões e encontros juvenis

APÊNDICE O – Certificados de conclusão e aproveitamento



APÊNDICE P - As etapas do processo produtivo de produção de alimentos no Laboratório da Casa Ambiental



APÊNDICE Q – Laboratório de Produção de Alimentos da Casa Ambiental

APÊNDICE R – Produtos típicos da palmeira de *Butia capitata*



APÊNDICE S - Local de venda dos produtos elaborados no Laboratório da Casa Ambiental



APÊNDICE T – “El Brocal” uma marca butiazeira da Casa Ambiental



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)